



**CONCORRÊNCIA BINACIONAL
LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL**

**RELATÓRIO FINAL
INFORME FINAL**

AF 2021-18

**ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA USINA
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU**

**ACTUALIZACIÓN TECNOLÓGICA DE LA CENTRAL
HIDROELÉCTRICA DE ITAIPU**

CONCORRÊNCIA BINACIONAL AF 2021-18
LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL AF 2021-18**ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA USINA**
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU.**ACTUALIZACIÓN TECNOLÓGICA DE LA**
CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE ITAIPU.**1. INTRODUÇÃO**

Este Relatório é elaborado em conformidade com o subitem 6.3.3 da Instrução de Procedimentos IP-14, e tem como objetivo apresentar os trabalhos de julgamento da pré-qualificação e dos recursos administrativos desta licitação.

1. INTRODUCCIÓN

Este Informe es elaborado de acuerdo con el sub-ítem 6.3.3 de la Instrucción de Procedimientos IP-14, y tiene como objetivo presentar los trabajos de juzgamiento de la precalificación y de los recursos administrativos de esta licitación.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

ANEXO A - Requisição de Compras 10054868, de 21.08.18;

ANEXO B - Ata da Sessão Pública de recebimento e abertura dos invólucros com a documentação para a pré-qualificação, de 24.10.18;

ANEXO C - Ata de julgamento da pré-qualificação, de 7.11.18;

ANEXO D - Recurso Administrativo apresentado pelo CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB, de 14.11.18;

ANEXO E - Recurso Administrativo apresentado pelo CONSÓRCIO GE, de 14.11.18;

ANEXO F - Recurso Administrativo apresentado pelo CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI, de 16.11.18;

ANEXO G - Recurso Administrativo apresentado pela empresa INGELECTRO

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

ANEXO A - Solicitud de Pedido 10054868, del 21.08.18;

ANEXO B - Acta de la Sesión Pública de recepción y apertura de sobres con la documentación para la precalificación, del 24.10.18;

ANEXO C - Acta de juzgamiento de la precalificación, del 7.11.18;

ANEXO D - Recurso Administrativo presentado por el CONSORCIO ANDRITZ-ABB, del 14.11.18;

ANEXO E - Recurso Administrativo presentado por el CONSORCIO GE, del 14.11.18;

ANEXO F - Recurso Administrativo presentado por el CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI, del 16.11.18;

ANEXO G - Recurso Administrativo presentado por la empresa INGELECTRO

S.R.L., de 14.11.18;

ANEXO H - Recurso Administrativo
apresentado pelo CONSORCIO PROEL-
INGELMEC, de 16.11.18;

ANEXO I - Recurso Administrativo
apresentado pela empresa TECNO
ELECTRIC S.A., de 14.11.18;

ANEXO J - Contrarrazões apresentadas
pelo CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB, de
23.11.18;

ANEXO K - Contrarrazões apresentadas
pelo CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO
TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI, de
23.11.18;

ANEXO L - Contrarrazões apresentadas
pelo CONSÓRCIO GE, de 23.11.18;

ANEXO M - Contrarrazões apresentadas
pela empresa RIEDER & CIA S.A.C.I., de
23.11.18;

S.R.L., del 14.11.18;

ANEXO H - Recurso Administrativo
presentado por el CONSORCIO PROEL-
INGELMEC, del 16.11.18;

ANEXO I - Recurso Administrativo
presentado por la empresa TECNO ELECTRIC
S.A., del 14.11.18;

ANEXO J - Descargo del CONSORCIO
ANDRITZ-ABB, del 23.11.18, en contra de su
Recurso;

ANEXO K - Descargo del CONSORCIO PARA
ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-
CATI, del 23.11.18, en contra de su
Recurso;

ANEXO L - Descargo del CONSORCIO GE, del
23.11.18;

ANEXO M - Descargo de la empresa RIEDER
& CIA S.A.C.I., del 23.11.18;

3. DOS PROCEDIMENTOS PRELIMINARES

3.1 Em 21.08.18, a Superintendência de Engenharia (EN.DT) emitiu a Requisição de Compras 10054868, dando início aos procedimentos internos para a realização de certame licitatório destinado a efetuar a pré-qualificação dos interessados em participar da futura licitação para a execução da Atualização Tecnológica da Usina Hidrelétrica de Itaipu (Anexo A).

3.2 Em 28.08.18, após a aprovação da Requisição de Compras pelas autoridades competentes, a Superintendência de Compras instaurou o processo AF 2021-18, na modalidade de Concorrência, com abrangência de mercado binacional, e iniciou os trabalhos de elaboração do Caderno de Bases e Condições (CBC).

3.3 Em 5.09.18 e 6.09.18, foram

3. DE LOS PROCEDIMIENTOS PRELIMINARES

3.1 El 21.08.18, la Superintendencia de Ingeniería (EN.DT) emitió la Solicitud de Pedido 10054868, dando inicio a los procedimientos internos para la realización del certamen licitatorio destinado a efectuar la precalificación de los interesados en participar en la futura licitación de la Actualización Tecnológica de la Central Hidroeléctrica de Itaipú (ANEXO A).

3.2 El 28.08.18, después de la aprobación de la Solpe por las autoridades competentes, la Superintendencia de Compras instauró el proceso AF 2021-18, en la modalidad de Licitación Pública Binacional e inició los trabajos de elaboración del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).

3.3 El 5.09.18 y 6.09.18, fue publicado

publicados em jornais os editais da referida licitação. No Brasil a publicação foi no Jornal Bem Paraná, Folha de Londrina, Diário Indústria & Comércio e Tribuna do Paraná, e no Paraguai, no “Diario Última Hora”.

3.4 Em 24.10.18, realizou-se a sessão pública de recebimento e abertura dos invólucros com a documentação para a pré-qualificação dos licitantes que compareceram no certame.

4. DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 A Comissão de Licitação e Negociação Específica, após receber a documentação para pré-qualificação dos licitantes e finalizar, em 7.11.18, os trabalhos de julgamento (ANEXO C), declarou:

No lote 1:

QUALIFICADAS as licitantes:

- CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB;
- CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI; e
- CONSÓRCIO GE.

DESQUALIFICADA a empresa EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA, com base no subitem 3.6.2 do CBC, pelos motivos expostos na Ata de Julgamento, ANEXO C.

No lote 2:

QUALIFICADAS as licitantes:

- CONCRET MIX S.A.;
- CONSORCIO ALTO PARANÁ; e
- TECNOEDIL S.A.

DESQUALIFICADOS, com base no subitem 3.6.2 do CBC, pelos motivos expostos na

en periódicos el PBC de la referida licitación. En Brasil la publicación fue en el Jornal Bem Paraná, Folha de Londrina, Diário Indústria & Comércio y Tribuna do Paraná, y en el Paraguay, en el “Diario Última Hora”

3.4 El 24.10.18, se realizó la sesión pública de recepción y apertura de los sobres con la documentación para la precalificación de los oferentes que se presentaron al certamen.

4. DEL JUZGAMIENTO DE LA DOCUMENTACIÓN

4.1 La Comisión de Licitación y Negociación Específica, luego de recibir la documentación para la precalificación de los oferentes y finalizar, el 7.11.18, los trabajos de juzgamiento (ANEXO C), declaró:

En el lote 1:

CALIFICADOS los oferentes:

- CONSORCIO ANDRITZ-ABB;
- CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI; y
- CONSORCIO GE.

DESCALIFICADA, la empresa EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA, en base al sub-ítem 3.6.2 del PBC, por los motivos expuestos en el Acta de Juzgamiento, ANEXO C.

En lote 2:

CALIFICADOS los oferentes:

- CONCRET MIX S.A.;
- CONSORCIO ALTO PARANÁ; y
- TECNOEDIL S.A.

DESCALIFICADOS, en base al sub-ítem 3.6.2 del PBC, por los motivos expuestos en el Acta de Juzgamiento, ANEXO C, los

Ata de Julgamento, ANEXO C, os licitantes:

- CARINA NÚÑEZ GODOY;
- INGELECTRO S.R.L.;
- INTECH S.R.L.; e
- CONSORCIO PROEL-INGELMEC.

No lote 3:

QUALIFICADAS as licitantes:

- CIE S.A.; e
- RIEDER & CIA S.A.C.I.

DESQUALIFICADA a empresa TECNO ELECTRIC S.A., com base no subitem 3.6.2 do CBC, pelos motivos expostos na Ata de Julgamento, ANEXO C.

4.2. Da divulgação do resultado e vista franqueada

Em 08.11.17, a Superintendência de Compras por meio das correspondências E/CO.DF/048022/2018 (no Brasil) E/CO.DF/047994/2018 (no Paraguai) divulgou o resultado da pré-qualificação, franqueando-se aos licitantes a vista do processo.

5. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

5.1 Os seguintes licitantes apresentaram recurso administrativo:

No lote 1:

- CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB, em 14.11.18;
- CONSÓRCIO GE, em 14.11.18; e
- CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI, em 16.11.18.

No lote 2:

- INGELECTRO S.R.L., em 14.11.18; e
- CONSORCIO PROEL-INGELMEC, em

licitantes:

- CARINA NÚÑEZ GODOY;
- INGELECTRO S.R.L.;
- INTECH S.R.L.; y
- CONSORCIO PROEL-INGELMEC.

En el lote 3:

CALIFICADOS los oferentes:

- CIE S.A.; y
- RIEDER & CIA S.A.C.I.

DESCALIFICADA, la empresa TECNO ELECTRIC S.A., en base al sub-ítem 3.6.2 del PBC, por los motivos expuestos en el Acta de Juzgamiento, ANEXO C.

4.2. De la divulgación del resultado y vista de la documentación.

El 08.11.17, la Superintendencia de Compras por medio de las notas externas E/CO.DF/048022/2018 (en Brasil) y E/CO.DF/047994/2018 (en Paraguay) divulgó el resultado de la precalificación, concediéndose vista a la documentación del proceso a los licitantes.

5. DE LOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

5.1 Los siguientes oferentes presentaron recursos administrativos:

En el lote 1:

- CONSORCIO ANDRITZ-ABB, el 14.11.18;
- CONSORCIO GE, el 14.11.18; y
- CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI, el 16.11.18.

En el lote 2:

- INGELECTRO S.R.L., el 14.11.18; y
- CONSORCIO PROEL-INGELMEC, el

16.11.18.

No lote 3:

- TECNO ELECTRIC S.A., em 14.11.18.

5.2. As seguintes licitantes apresentaram contrarrazões:

No lote 1:

- CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB, em 23.11.18;
- CONSÓRCIO GE, em 23.11.18; e
- CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI, em 23.11.18.

No lote 3:

- RIEDER & CIA S.A.C.I., em 23.11.18.

5.2.1 O prazo final para apresentação das contrarrazões era 23.11.18, no entanto em função do pedido de vista realizado INGELECTRO S.R.L. não ter sido prontamente concedido, a Comissão deliberou estender o prazo até 26.11.18.

5.3 DA ADMISSIBILIDADE:

O recurso administrativo e as contrarrazões objeto de análise, sob o aspecto da sua admissibilidade reúnem os pressupostos recursais, tanto objetivos (previsão legal, forma e tempestividade), como subjetivos (legitimidade e interesse recursal) o que autorizam conhecê-los.

5.4 DA APRECIACÃO DO MÉRITO:

LOTE 1:

A) RECURSO ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB CONTRA O CONSÓRCIO GE E CONSÓRCIO CATI:

16.11.18.

En el lote 3:

- TECNO ELECTRIC S.A., el 14.11.18.

5.2. Los siguientes oferentes presentaron descargos en contra de los recursos:

En el lote 1:

- CONSORCIO ANDRITZ-ABB, el 23.11.18;
- CONSORCIO GE, el 23.11.18; y
- CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI, el 23.11.18.

En el lote 3:

- RIEDER & CIA S.A.C.I., el 23.11.18.

5.2.1 El plazo final para presentación de los descargos en contra de los recursos fue el 23.11.18, sin embargo, considerando que la solicitud de vista realizada por INGELECTRO S.R.L. no fue concedido inmediatamente, la Comisión decidió extender ese plazo hasta el 26.11.18.

5.3 DE LA ADMISIBILIDAD:

Los recursos administrativos y sus descargos fueron objeto de análisis integralmente, bajo el aspecto de su admisibilidad reúnem los presupuestos recursales, tanto objetivos (previsión legal, forma y en tiempo), como subjetivos (legitimidad e interés recursal) lo que autoriza conocerlos.

5.4 DE LA APRECIACIÓN DEL MÉRITO:

LOTE 1:

A) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DEL CONSORCIO ANDRITZ-ABB EN CONTRA EL CONSORCIO GE Y DEL CONSRICIO CATI:

A1) Não atendimento do subitem 2.1.2, letra “b”, do Anexo II pelo CONSÓRCIO GE:

“O interessado CONSÓRCIO GE apresentou uma ART (folha 052) em nome do CONSÓRCIO EMPRESARIAL TUCURUI - CETUC, não cumprindo com o estabelecido no item 2.1.2.2. Da mesma maneira, não há um atestado ou certificado contendo em detalhe o alcance de sua efetiva participação no consórcio CETUC. Adicionalmente, o documento apresentado (folhas 56 à 76) está sem assinatura das partes, de forma que sua validade não pode ser confirmada.”

Posicionamento da Comissão:

Os documentos contestados pelo Recorrente (páginas 56 a 76 da documentação), não foram considerados para fins de comprovação do subitem 2.1.2, letra “b”, do Anexo II.

Para fins de atendimento aos requisitos de qualificação a Comissão considerou os atestados que constam nas páginas 17 a 23 com CAT, 35 a 40 com CAT, 24 a 34 com CAT, 44 a 48 com CAT, 49 a 55 com ART, os quais atendem ao mencionado requisito de habilitação técnica.

Diante disso, recomenda-se negar provimento ao recurso administrativo apresentado pelo CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB contra o CONSORCIO GE.

A2) Não atendimento dos subitens 2.2.4 e 2.1.2, letra “b”, do Anexo II pelo CONSÓRCIO CATI:

“A empresa TRACTEBEL ENGINEERING Ltda., consorciada do interessado CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU - CATI, apresentou um atestado (folha 710) que não cumpre com no mínimo 2 (dois) dentre os temas solicitados na alínea b) do item 2.1.2:

a) Sistema de proteção de tecnologia digital para unidade geradora (sistema apresentado é de proteção convencional).

b) Sistema digital de supervisão e controle distribuído, com todos os equipamentos e

A1) Incumplimiento del subitem 2.1.2, letra “b”, del Anexo II por el CONSORCIO GE:

“El interesado CONSORCIO GE presentó una ART (folio 052) en nombre del CONSORCIO EMPRESARIAL TUCURUI - CETUC, no cumpliendo con lo establecido en el ítem 2.1.2.2. De igual forma, no existe constancia o certificado conteniendo en detalle el alcance de su efectiva participación en el consorcio CETUC. Adicionalmente, el documento presentado (folios 56 a la 76) está sin firma de las partes, razón por la cual su validez no puede ser confirmada.”

Criterio de la Comisión:

Los documentos referidos por el Recurrente (páginas 56 a 76 de la documentación), no fueron considerados para fines de comprobación del subitem 2.1.2, letra “b”, del Anexo II.

Para el cumplimiento de los requisitos de calificación, la Comisión consideró las constancias que se encuentran en las páginas 17 a 23 con CAT, 35 a 40 con CAT, 24 a 34 con CAT, 44 a 48 con CAT, 49 a 55 con ART, los cuáles atienden el mencionado requisito de habilitación

En ese sentido, se recomienda desestimar el recurso administrativo presentado por el CONSORCIO ANDRITZ-ABB en contra del CONSORCIO GE.

A2) Incumplimiento de los subitens 2.2.4 y 2.1.2, letra “b”, del Anexo II por el CONSORCIO CATI:

La empresa TRACTEBEL ENGINEERING Ltda., consorciada del interesado CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU - CATI, presentó una constancia (folio 710) que no cumple como mínimo 2 (dos) de entre los temas solicitados en la letra b) del ítem 2.1.2:

a) Sistema de protección de tecnología digital para unidad generadora (sistema presentado es de protección convencional).

b) Sistema digital de supervisión y control

software; (a empresa em epígrafe não elaborou o softwares).

c) Sistemas de serviços auxiliares de unidades geradoras e gerais, compreendendo subestações unitárias, centro de controle de motores, carregadores de baterias e retificadores e painéis de distribuição de corrente contínua e corrente alternada; (o documento apresentado pela empresa não atende na íntegra aos itens solicitados nesta alínea).

A empresa TRACTEBEL ENGINEERING Ltda., consorciada do interessado CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU - CATI, apresentou ARTs (folhas 722 à 749 da documentação apresentada) em nome do CONSÓRCIO LEME/INTERTECHNE, não cumprindo com o estabelecido no item 2.1.2.2. Da mesma maneira, não há um atestado ou certificado contendo em detalhe o alcance de sua efetiva participação no consórcio LEME/INTERTECHNE.

Dessa maneira, a consorciada TRACTEBEL ENGINEERING Ltda. não atende ao item 2.2.4 Habilitação Técnica "... sendo que cada integrante do consórcio deverá comprovar o atendimento de pelo menos um dos requisitos exigidos." e consequentemente, o item 2.1.2 Habilitação Técnica alínea b) não foi atendido pelo CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU - CATI."

Posicionamento da Comissão:

Para o atendimento do requisito de 2.1.2, letra "b", do Anexo II do CBC pela consorciada TRACTEBEL ENGINEERING LTDA. foram considerados os atestados correspondentes aos seguintes empreendimentos: UHE NOVA PONTE - CEMIG páginas 706 a 721 com CAT, e UHE IRAPE páginas 722 a 761 com CAT, sendo que:

- o requisito 2.1.2, letra "b4" foi atendido pelo atestado do empreendimento UHE IRAPE (pág. 751);
- o requisito 2.1.2, letra "b5" foi atendido pelos atestados dos empreendimentos UHE NOVA PONTE (página 710) e UHE IRAPE (pág. 751).

distribuido, con todos los equipos y software; (la empresa en epígrafe no elaboró el softwares).

c) Sistemas de servicios auxiliares de unidades generadoras y generales, comprendiendo subestaciones unitarias, centro de control de motores, cargadores de baterías y rectificadores y tableros de distribución de corriente continua y corriente alterna; (el documento presentado por la empresa no atiende íntegramente a los ítems solicitados en esta letra).

La empresa TRACTEBEL ENGINEERING Ltda., consorciada del interesado CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU - CATI, presentó ARTs (folios 722 a la 749 de la documentación presentada) en nombre del CONSORCIO LEME/INTERTECHNE, no cumpliendo con lo establecido en el ítem 2.1.2.2. De la misma manera, no hay una constancia o certificado conteniendo en detalle el alcance de su efectiva participación en el consorcio LEME/INTERTECHNE.

De esta manera, la consorciada TRACTEBEL ENGINEERING Ltda. no atiende el ítem 2.2.4 Habilitación Técnica "... siendo que cada integrante del consorcio deberá comprobar el cumplimiento de por lo menos uno de los requisitos exigidos." y consecuentemente, el ítem 2.1.2 Habilitación Técnica letra b) no fue atendido por el CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU - CATI."

Criterio de la Comisión:

Para cumplimiento del ítem 2.1.2, letra "b", del Anexo II del PBC por la consorciada TRACTEBEL ENGINEERING LTDA. fueron consideradas las constancias correspondientes a los siguientes empreendimentos: UHE NOVA PONTE - CEMIG páginas 706 a 721 con CAT, y UHE IRAPE páginas 722 a 761 con CAT, siendo que:

- el requisito 2.1.2, letra "b4" fue atendido por la constancia del empreendimento UHE IRAPE (pág. 751);
- el requisito 2.1.2, letra "b5" fue atendido por las constancias de los empreendimentos UHE NOVA PONTE (página 710) y UHE IRAPE (pág. 751).

Importante informar que as demais consorciadas apresentaram comprovação suficiente para todos os subitens do requisito 2.1.2, letra “b”.

Quanto ao alcance da participação da consorciada TRACTEBEL ENGINEERING LTDA. no consórcio LEME/INTERTECHNE entende-se que restou esclarecido no atestado de páginas 750 a 756.

Diante disso, recomenda-se negar provimento ao recurso administrativo apresentado pelo CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB contra o CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU - CATI.

Es importante destacar, que las demás consorciadas presentaron comprobación suficiente para todos los subitens del requisito 2.1.2, letra “b”.

En cuanto al alcance de la participación de la consorciada TRACTEBEL ENGINEERING LTDA. en el consorcio LEME/INTERTECHNE se entiende que quedó aclarado con la constancia de las páginas 750 a 756.

En ese sentido, se recomienda desestimar el recurso administrativo presentado por el CONSORCIO ANDRITZ-ABB en contra del CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU - CATI.

**B) RECURSO ADMINISTRATIVO DO
CONSÓRCIO GE CONTRA CONSORCIO
ANDRITZ-ABB:**

“(…), a empresa ABB Ltda. apresentou (às fls. 0213/0216) cópia de balanço patrimonial, relativo ao período 01/01/2017 a 31/12/2017, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. O documento apresentado é parte da escrituração contábil autenticada pelo recibo (harsh) de número 5F.0A.E3.DC.8A.64.47.FF.D3.36.B2.06.F6.30.40.A0.D3.83.27.DD.

Contudo, com o fito de atestar a autenticidade e acuracidade da documentação apresentada, as empresas ora Recorrentes consultaram a página web do Sped (<http://www.sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/>) e verificaram que a escrituração contábil da ABB Ltda. enviada à Receita Federal do Brasil e autenticada pelo harsh 5F.0A.E3.DC.8A.64.47.FF.D3.36.B2.06.F6.30.40.A0.D3.83.27.DD fora substituída e já não mais se encontrava ativa na base de dados do Sped. (...)”

Posicionamento da Comissão:

A alteração na escrituração contábil no sistema da Receita Federal do Brasil é um procedimento permitido pela legislação brasileira, e não é capaz de, isoladamente, caracterizar irregularidade na qualificação

**B) RECURSO ADMINISTRATIVO DEL
CONSORCIO GE EN CONTRA EL
CONSORCIO ANDRITZ-ABB:**

“(…), la empresa ABB Ltda. presentó (a folios 0213/0216) copia de balance patrimonial, relativo al periodo 01/01/2017 a 31/12/2017, generado por el Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. El documento presentado es parte de la escritura contable autenticada por el recibo (harsh) de número 5F.0A.E3.DC.8A.64.47.FF.D3.36.B2.06.F6.30.40.A0.D3.83.27.DD.

Sin embargo, con el objetivo de certificar la autenticidad y exactitud de la documentación presentada, las empresas ahora Recurrentes consultaron la página web del Sped (<http://www.sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/>) y verificaron que la escritura contable de la ABB Ltda. enviada a la Receita Federal de Brasil y autenticada por el harsh 5F.0A.E3.DC.8A.64.47.FF.D3.36.B2.06.F6.30.40.A0.D3.83.27.DD fue sustituida y ya no se encontraba activa con base en los datos del Sped. (...)”

Criterio de la Comisión:

La alteración en la escritura contable en el sistema de la Receita Federal de Brasil, es un procedimiento permitido por la legislación brasileña, y no es suficiente, solo por ese hecho, para configurar una

econômico-financeira da licitante.

Não obstante, essa regularização deve preservar o atendimento dos índices financeiros analisados na pré-qualificação da licitação.

Em sua defesa, o CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB LTDA. alega, em sede contrarrazões, que não houve alteração nas demonstrações contábeis, e tampouco, nos índices financeiros. Além disso, apresenta a documentação atualizada entregue à Receita Federal do Brasil.

Em 26.11.18, a Comissão decidiu consultar a Superintendência de Orçamento e Contabilidade para averiguar se a documentação apresentada, mesmo com as alterações escriturais, continuava atendendo as exigências para a pré-qualificação do certame.

Nesta mesma data, a Superintendência de Orçamento e Contabilidade informa:

“Mesmo após as alterações realizadas em sua escrituração contábil, a consorciada ABB Ltda manteve os mesmos valores constantes no Balanço Patrimonial registrado anteriormente, não impactando no resultado da análise econômico-financeira realizada naquela data.

Sendo assim, a ABB Ltda continua atendendo a habilitação econômico-financeira da licitação.”

Diante disso, recomenda-se negar provimento ao recurso administrativo apresentado pelo CONSÓRCIO GE contra o CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB.

**C) RECURSO ADMINISTRATIVO DO
CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO
TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI CONTRA
AO CONSÓRCIO GE:**

Alegações contra o CONSÓRCIO GE:

irregularidad en la calificación económico-financiera del oferente.

No obstante, esa regularización debe preservar el cumplimiento de los índices financieros analizados en la precalificación de la licitación.

En su defensa, el CONSORCIO ANDRITZ-ABB LTDA. alega, en su descargo, que no hubo alteración en las demostraciones contables, y tampoco, en los índices financieros. Además, presenta la documentación actualizada entregada a la Receita Federal de Brasil.

El 26.11.18, la Comisión decidió consultar a la Superintendencia de Presupuesto y Contabilidad para averiguar si la documentación presentada, aún con las alteraciones de escritura, continuaba atendiendo las exigencias para la precalificación del certamen.

En la misma fecha, la Superintendencia de Presupuesto y Contabilidad informa:

“Aún después de las alteraciones realizadas en su escritura contable, la consorciada ABB Ltda mantiene los mismos valores constantes en el Balance Patrimonial registrado anteriormente, no impactando en el resultado del análisis económico-financiero realizada en aquella fecha.

Siendo así, la ABB Ltda continúa atendiendo la habilitación económico-financiera de la licitación.”

En ese sentido, se recomienda desestimar el recurso administrativo presentado por el CONSORCIO GE en contra del CONSORCIO ANDRITZ-ABB.

**C) RECURSO ADMINISTRATIVO DEL
CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO
TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI EN
CONTRA DEL CONSORCIO GE:**

Alegaciones contra el CONSORCIO GE:

C.1) Potencial prejuízo à lisura e à isonomia do processo de contratação:

“Ora, é indubitável que os sujeitos envolvidos na elaboração do projeto básico - referência para o desenvolvimento da presente concorrência - detenham informações privilegiadas ou vantagens determinantes para a adjudicação do contrato de empreitada integral deste empreendimento, que inclui, por exemplo, a elaboração de projeto executivo como escopo.

(...)

Nesse mote, faz-se mister a análise da validade, para fins desta concorrência, da Certidão de Acervo Técnico (“CAT”) emitida em nome do Sr. ÉLCIO JIRO MURASAKI, a qual atesta sua participação no empreendimento de Itapebi. Referida CAT fora apresentada pelo CONSÓRCIO GE com fins à demonstração de sua qualificação técnica em atenção ao Item 2.1.2, letra ‘a’, do Anexo II do CBC.

(...)

Conforme se depreende de perfil publicado na página da rede social LinkedIn, devidamente notariada para fins de fé pública e cuja ata segue anexa ao presente RECURSO ADMINISTRATIVO, o Sr. ÉLCIO JIRO MURASAKI foi consultor da WORLEY PARSONS, empresa integrante do consórcio binacional WORLEY PARSONS-INCOPAR, no período de março/2016 a junho/2018. Nesse período, segundo o mesmo perfil, o Sr. ÉLCIO JIRO MURASAKI dedicou esforços à entrega do projeto básico da “Atualização Tecnológica de Itaipu”.

(...)

o que representa, por si só, afronta aos preceitos éticos estabelecidos por ITAIPU e compromete inescusavelmente a continuidade do Consórcio GE no presente Edital, uma vez que notadamente caracteriza, na prática, a obtenção de informações privilegiadas e vantagens em detrimento da lisura e da isonomia do processo de contratação.

(...)

Pede-se, pois, a realização de diligência com fulcro no art. 30 da NGL para a constatação da relação jurídica do Sr. ÉLCIO JIRO MURASAKI com qualquer dos membros do Consórcio GE bem como seu vínculo com a WORLEY PARSONS-

C.1) Potencial perjuicio a la transparencia y a la igualdad en el proceso de contratación:

“Ahora, es indudable que los sujetos involucrados en la elaboración del proyecto básico - referencia para el desarrollo de la presente licitación - tengan informaciones privilegiadas o ventajas determinantes para la adjudicación del contrato de trabajo integral de este emprendimiento, que incluye, por ejemplo, la elaboración de proyecto ejecutivo como el alcance.

(...)

En este tema, se hace menester el análisis de la validez, para fines de esta licitación, del Certificado de Acervo Técnico (“CAT”) emitido a nombre del Sr. ÉLCIO JIRO MURASAKI, el cual certifica su participación en el emprendimiento de Itapebi. El referida CAT fue presentada por el CONSORCIO GE con fines de demostración de su calificación técnica en cumplimiento del ítem 2.1.2, letra ‘a’, del Anexo II del CBC.

(...)

Conforme se desprende del perfil publicado en la página de la red social LinkedIn, debidamente autenticada para fines de fe pública y cuya acta se anexa al presente RECURSO ADMINISTRATIVO, el Sr. ÉLCIO JIRO MURASAKI fue consultor de la WORLEY PARSONS, empresa integrante del consorcio binacional WORLEY PARSONS-INCOPAR, en el periodo de marzo/2016 a junio/2018. En ese periodo, según el mismo perfil, el Sr. ÉLCIO JIRO MURASAKI dedicó servicios a la entrega del proyecto básico de la “Actualización Tecnológica de Itaipu”.

(...)

lo que representa, por sí solo, afronta a los preceptos éticos establecidos por ITAIPU y compromete inexcusablemente la continuidad del Consorcio GE en el presente Certamen, dado que notablemente caracteriza, en la práctica, la obtención de informaciones privilegiadas y ventajas en perjuicio de la transparencia y de la igualdad en el proceso de contratación.

(...)

Se pide, entonces, la realización de diligencia con base en el art. 30 de la NGL para la constatación de la relación jurídica del Sr. ÉLCIO JIRO MURASAKI con cualquiera de los miembros del Consorcio GE así como su vínculo

INCOPAR.”

Posicionamento da Comissão:

A alegação do Recorrente não merece prosperar. O Contrato nº 4500036492, celebrado com o Consórcio WORLEYPARSONS-INCONPAR em decorrência da Concorrência Binacional EF 0410-15, foi assinado pelas partes em 10.12.15. As contrarrazões apresentadas pelo CONSÓRCIO GE, por sua vez, comprovaram que o profissional mencionado no recurso administrativo se desligou dos quadros do licitante em 3.08.15. Deste modo, demonstrado o desligamento do profissional indicado no recurso administrativo quatro meses antes do início do contrato celebrado com o Consórcio WORLEYPARSONS-INCONPAR, não há se falar em vantagem competitiva para o CONSÓRCIO GE, nem em violação à restrição prevista no subitem 2.6.1, marcador “g”, do CBC, motivo pelo qual se recomenda a rejeição, neste ponto, das razões recursais.

C.2) Ausência de vínculo jurídico entre o Consórcio GE e os técnicos acervados na habilitação técnica.

“A qualificação técnica das empresas consorciadas é comprovada através da apresentação de Atestados ou Certificado Técnico emitido por pessoa jurídica, acompanhado do respectivo CAT-CREA (Certificado de Acervo Técnico) ou as respectivas ARTs-CREA (Anotações de Responsabilidade Técnica), que demonstre a execução de determinado escopo. Dessa maneira, a empresa que está contratando tal escopo consegue averiguar se as empresas concorrentes possuem know how suficiente para execução do escopo.

Ora, conforme Resolução 1025/09 do CONFEA em seu art. 48, resta claro que a capacidade técnico-profissional de uma empresa é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, ou seja, é necessário que a empresa que está apresentando o referido atestado comprove o vínculo com o profissional mencionada na ART ou CAT do Atestado ou

con la WORLEY PARSONS-INCOPAR.”

Criterio de la Comisión:

La alegación del Recurrente no puede prosperar. El Contrato nº 4500036492, celebrado con el Consorcio WORLEYPARSONS-INCONPAR resultante de la Licitación Pública Binacional EF 0410-15, fue firmado por las partes el 10.12.15. La defensa presentada por el CONSORCIO GE, a su vez, comprueba que el profesional mencionado en el recurso administrativo se desligó de los cuadros del oferente el 3.08.15. De este modo, demostrada la desvinculación del cuestionado profesional cuatro meses antes del inicio del contrato celebrado con el Consorcio WORLEYPARSONS-INCONPAR, no puede existir ninguna ventaja competitiva para el CONSORCIO GE, ni violación a la restricción prevista en el subitem 2.6.1, letra “g”, del PBC, motivo por el cual se recomienda el rechazo.

C.2) Ausencia de vínculo jurídico entre el Consorcio GE y los técnicos incluidos en la habilitación técnica.

“La calificación técnica de las empresas consorciadas es comprobada a través de la presentación de Constancias o Certificado Técnico emitido por persona jurídica, acompañado del respectivo CAT-CREA (Certificado de Acervo Técnico) o las respectivas ARTs-CREA (Anotaciones de Responsabilidad Técnica), que demuestre la ejecución de determinado alcance. De esta manera, la empresa que está contratando tal alcance consigue averiguar si las empresas concurrentes poseen know how suficiente para ejecución del alcance.

Ahora, conforme Resolución 1025/09 del CONFEA en su art. 48, queda claro que la capacidad técnico-profesional de una empresa es representada por el conjunto de los acervos técnicos de los profesionales integrantes de su cuadro técnico, o sea, es necesario que la empresa que está presentando la referida constancia compruebe el vínculo con el profesional mencionado en el ART o CAT de la

Certificado técnico.

(...)

Isto posto, uma vez que o Consórcio GE não comprovou vínculo jurídico com qualquer um dos profissionais mencionados em seus Atestados e Certificados Técnicos, pede-se a realização de diligência nesse sentido."

Posicionamento da Comissão:

Os argumentos do recorrente não merecem acolhimento.

A um, porque o CBC não exigiu a comprovação do vínculo jurídico entre o licitante e o(s) profissional(is) arrolado(s) nos atestados/certificados de desempenho, no(s) Certificado(s) de Acervo Técnico (CAT-CREA) ou na(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART-CREA).

A dois, porque as exigências para a habilitação técnica previstas nos subitens 1.4 e 2.1.2 do Anexo II (Documentação para a Pré-Qualificação - Lote 1) do CBC não constituem capacitação técnica profissional, como afirmado pelo recorrente, mas sim capacitação técnica operacional, ou seja, visam aferir a qualificação do licitante (e não do profissional de seu quadro) para a execução do objeto licitado.

Sobre a capacidade técnica operacional, cuja demonstração é exigida no Anexo II do CBC, vale resgatar algumas lições doutrinárias:

"Capacitação técnico-operacional envolve comprovação de que a empresa licitante, como unidade econômica agrupadora de bens e pessoas, já executou, de modo satisfatório, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Capacidade técnico-operacional será comprovada mediante:

- *apresentação de atestado de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, em características, quantidades e*

Constancia o Certificado técnico.

(...)

En consecuencia, una vez que el Consorcio GE no comprobó el vínculo jurídico con ninguno de los profesionales mencionados en sus Constancias y Certificados Técnicos, se pide la realización de diligencia en este sentido."

Criterio de la Comisión:

Los argumentos del recurrente no ameritan su aceptación.

Uno, porque el PBC no exigió la comprobación del vínculo jurídico entre el oferente y el(los) profesional(es) inscripto(s) en las constancias/certificados de desempeño, en el(los) Certificado(s) de Acervo Técnico (CAT-CREA) o en la(s) Anotación(es) de Responsabilidad Técnica (ART-CREA).

Dos, porque las exigencias para la habilitación técnica previstas en los subitens 1.4 y 2.1.2 del Anexo II (Documentación para la Precalificación - Lote 1) del PBC no constituyen capacitación técnica profesional como lo afirma el recurrente, pero sí capacitación técnica operacional, o sea, apuntan a evaluar la calificación del oferente (y no del profesional de su cuadro) para la ejecución del objeto licitado.

Sobre la capacidad técnica operacional, cuya demostración es exigida en el Anexo II del PBC, vale rescatar algunas lecciones doctrinarias:

"Capacitación técnico-operacional consiste en la comprobación de que la empresa oferente, como unidad económica agrupadora de bienes y personas, ya ejecutó, de modo satisfactorio, actividad pertinente y compatible en características, cantidades y plazos con el objeto de la licitación.

Capacidad técnico-operacional será comprobada mediante:

- *presentación de constancia de aptitud para desempeño de actividad compatible con el objeto de la licitación, en*

prazos; [...]”

(Tribunal de Contas da União. **Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU**. 4ª ed. Brasília: TCU, 2010. p. 577)

“O desempenho profissional e permanente da atividade empresarial conduz ao desenvolvimento de atributos próprios da empresa. Um deles seria sua capacidade de executar satisfatoriamente encargos complexos e difíceis. Utiliza-se a expressão ‘capacitação técnica operacional’ para indicar essa modalidade de experiência, relacionada com a ideia de empresa. Não se trata de haver executado individualmente uma certa atividade, produzida pela atuação pessoal de um único sujeito. Indica-se a execução de um objeto que pressupõe a conjugação de diferentes fatores econômicos e uma pluralidade (maior ou menor) de pessoas físicas (e, mesmo, jurídicas). O objeto executado revestia-se de complexidade de ordem a impedir que sua execução se fizesse através da atuação de um sujeito isolado. Portanto, não se tratou de experiência pessoal, individual, profissional. Exigiu-se do sujeito a habilidade de agrupar pessoas, bens e recursos, imprimindo a esse conjunto a organização necessária ao desempenho satisfatório. Assim, a experiência seria das pessoas físicas - mas não dessas pessoas individualmente. Esse conjunto de pessoas físicas enfrentou desafios e problemas e os resolveu através da conjugação de seus esforços comuns. Cada uma das pessoas físicas, isoladamente, contribuiu com uma parcela para o êxito conjunto. Portanto, a perspectiva de enfrentar problemas no futuro e continuar a superá-los pressupõe a manutenção dessa organização.

A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública.”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.

características, cantidades y plazos; [...]”

(Tribunal de Contas da União. **Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU**. 4ª ed. Brasília: TCU, 2010. p. 577)

“El desempeño profesional y permanente de la actividad empresarial conduce al desarrollo de atributos propios de la empresa. Uno de ellos sería su capacidad de ejecutar satisfatoriamente obligaciones complejas y difíciles. Se utiliza la expresión ‘capacitación técnica operacional’ para indicar esta modalidad de experiencia, relacionada a la idea de empresa. No se trata de haber ejecutado individualmente una cierta actividad, producida por la actuación personal de un único sujeto. Se indica la ejecución de un objeto que presupone la conjunción de diferentes factores económicos y una pluralidad (mayor o menor) de personas físicas (y, también, jurídicas). El objeto ejecutado revestía complejidad de forma a imposibilitar que su ejecución se realice a través de la actuación de un sujeto individualmente. Por lo tanto, no se trató de experiencia personal, individual, profesional. Se exigió del sujeto la habilidad de agrupar personas, bienes y recursos, imprimiendo a este conjunto la organización necesaria para el desempeño satisfactorio. Así, la experiencia sería de las personas físicas - pero no de estas personas individualmente. Este conjunto de personas físicas enfrentó desafíos y problemas y los resolvió a través de la conjunción de sus esfuerzos comunes. Cada una de las personas físicas, aisladamente, contribuyó con una parte para el éxito conjunto. Por lo tanto, la perspectiva de enfrentar problemas en el futuro y continuar a superarlos presupone el mantenimiento de esta organización.

La calificación técnica operacional consiste en calidad pertinente a las empresas que participan de la licitación. Involucra la comprobación de que la empresa, como unidad jurídica y económica, participó anteriormente de contrato cuyo objeto era similar al previsto para la contratación anhelada por la Administración Pública.”

12ª ed. São Paulo: Dialética, 2008. p. 411-12)

Desta forma, recomenda-se rejeitar as razões recursais que pugnavam pela exigência de comprovação do vínculo jurídico entre o licitante e o(s) profissional(is) arrolado(s) nos atestados/certificados de desempenho, no(s) Certificado(s) de Acervo Técnico (CAT-CREA) ou na(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART-CREA).

C.3) Não atendimento dos subitens 2.1.2, letra “d” e do 2.2.4, do Anexo II da CBC.

“Pois bem, o CONSÓRCIO GE apresentou 07 (sete) atestados, cada qual referente a um empreendimento, visando ao atendimento das referidas espécies de sistemas. São eles: Tucuruí; Porto Primavera; CDEC SING - Centro Operacional do Sistema Norte Grande Chile; Statkraft; Light; ONS Centros Sul, Nordeste e Norte e; Eletropaulo.

Saliente-se que para atendimento aos gêneros de requisitos indicados pelas letras ‘a’, ‘b’ e ‘c’, o Consórcio GE apresentou apenas atestados outorgados em face da consorciada GE Energias Renováveis Ltda. Para atendimento do presente gênero de requisito, contudo, pela primeira e única vez em toda a habilitação técnica, o CONSÓRCIO GE apresentou atestados outorgados em face da consorciada Grid Solutions Transmissão De Energia Ltda., visando, notadamente, não só ao atendimento à espécie de sistema em tela, mas ao cumprimento da exigência editalícia disposta no Item 2.2.4, do Anexo II da CBC, segundo a qual cada integrante do consórcio deverá atender, ao menos, um dos requisitos exigidos.

Os atestados outorgados em face da consorciada Grid Solutions Transmissão De Energia Ltda. são: CDEC SING - Centro Operacional do Sistema Norte Grande Chile; Statkraft; Light; ONS Centros Sul, Nordeste e Norte e; Eletropaulo. Assim, um a um, verifica-se que todos detêm insuficiências técnicas, sendo incapazes de atender as espécies de sistemas em questão, conforme demonstrado

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 12ª ed. São Paulo: Dialética, 2008. p. 411-12)

De esta forma, se recomienda rechazar las razones recursales que planteaban la exigencia de comprobación del vínculo jurídico entre el oferente y el(los) profesional(es) inscripto(s) en las constancias/certificados de desempeño en el(los) Certificado(s) de Acervo Técnico (CAT-CREA) o en la(s) Anotación(és) de Responsabilidad Técnica (ART-CREA).

C.3) Incumplimiento de los subitens 2.1.2, letra “d” y del 2.2.4, del Anexo II del PBC.

“Pues bien, el CONSORCIO GE presentó 07 (siete) constancias, cada cual referente a un emprendimiento, con miras a dar cumplimiento de las referidas especies de sistemas. Son estos: Tucuruí; Porto Primavera; CDEC SING - Centro Operacional do Sistema Norte Grande Chile; Statkraft; Light; ONS Centros Sul, Nordeste e Norte e; Eletropaulo.

Debe tenerse en cuenta que para cumplimiento a los géneros de requisitos indicados por las letras ‘a’, ‘b’ y ‘c’, el Consorcio GE presentó solamente constancias otorgadas en relación a la consorciada GE Energias Renováveis Ltda. Para cumplimiento del presente gênero de requisito, sin embargo, por primera y única vez en toda la habilitación técnica, el CONSORCIO GE presentó constancias otorgadas en relación a la consorciada Grid Solutions Transmissão De Energia Ltda., afectando, notablemente, no solo al cumplimiento a la especie de sistema en cuestión, sino el cumplimiento de la exigencia del pliego dispuesta en el Ítem 2.2.4, del Anexo II del PBC, según el cual cada integrante del consorcio deberá atender, por lo menos, uno de los requisitos exigidos.

Las constancias otorgadas con relación a la consorciada Grid Solutions Transmissão De Energia Ltda. son: CDEC SING - Centro Operacional do Sistema Norte Grande Chile; Statkraft; Light; ONS Centros Sul, Nordeste e Norte e; Eletropaulo. Así, uno a uno, se verifica que todos tienen insuficiências técnicas, siendo incapaces de cumplir con las especies de sistemas en cuestión, conforme demostrado

abaixo:

- CDEC SING - Centro Operacional do Sistema Norte Grande Chile: o atestado possui tradução juramentada, embora não esteja devidamente legalizado nos termos do Item 3.4.3, letra 'a', do CBC. Além disso, o atestado não atende o número de pontos mínimos para o sistema de supervisão, controle e aquisição de dados (SCADA);

- Statkraft: o atestado possui tradução juramentada, embora não esteja devidamente legalizado nos termos do Item 3.4.3, letra 'a', do CBC. Além disso, o atestado, como apresentado (falta uma página), não indica o número de pontos mínimos para o sistema de supervisão, controle e aquisição de dados (SCADA);

- Light: o atestado não possui a assinatura do cliente outorgante e, além disso, não indica a elaboração de projeto e fabricação como escopo dos serviços executados no empreendimento;

- ONS Centros Sul, Nordeste e Norte: o atestado não atende o número de pontos mínimos para o sistema de supervisão, controle e aquisição de dados (SCADA);

- Eletropaulo: o atestado não indica a elaboração de projeto e fabricação como escopo dos serviços executados no empreendimento.

Vale destacar que os atestados fornecidos pela ONS e pela Eletropaulo, a despeito de terem sido apresentadas pelo Consórcio GE como se fornecidos em favor da consorciada GRID Solutions Transmissão de Energia Ltda são na realidade atestados da Alstom Brasil Ltda, que por sua vez foi incorporada pela GE Energia Renováveis Ltda, conforme pode se verificar nos documentos societários juntados pela própria GE Energia Renováveis Ltda e portanto à esta última pertenceria.

Por fim, denota-se o não atendimento, pela GRID Solutions Transmissão De Energia Ltda., às determinações editalícias positivadas sob o Item 2.1.2, letra 'd', do Anexo II da CBC, o que torna inócua sua participação, para fins de qualificação técnica do Consórcio GE, conforme determinação editalícia disposta no Item 2.2.4, do Anexo II da CBC."

Posicionamento da Comissão:

A alegação não prospera, pois a

abajo:

- CDEC SING - Centro Operacional do Sistema Norte Grande Chile: la constancia posee traducción homologada, aunque no está debidamente legalizada en los términos del Ítem 3.4.3, letra 'a', del PBC. Además, la constancia no cumple con el número de puntos mínimos para el sistema de supervisión, control y adquisición de datos (SCADA);

- Statkraft: la constancia posee traducción homologada, aunque no está debidamente legalizada en los términos del Ítem 3.4.3, letra 'a', del PBC. Además, la constancia, como fue presentada (falta una página), no indica el número de puntos mínimos para el sistema de supervisión, control y adquisición de datos (SCADA);

- Light: la constancia no posee la firma del cliente otorgante y, además, no indica la elaboración de proyecto y fabricación como alcance de los servicios ejecutados en el emprendimiento;

- ONS Centros Sul, Nordeste e Norte: la constancia no cumple con el número de puntos mínimos para el sistema de supervisión, control y adquisición de datos (SCADA);

- Eletropaulo: la constancia no indica la elaboración de proyecto y fabricación como alcance de los servicios ejecutados en el emprendimiento.

Vale destacar que las constancias proveídas por la ONS y por la Eletropaulo, a pesar de haber sido presentadas por el Consorcio GE como si fueren proveídas a favor de la consorciada GRID Solutions Transmissão de Energia Ltda son en realidad constancias de la Alstom Brasil Ltda, que a su vez fue incorporada por la GE Energia Renováveis Ltda, conforme puede verificarse en los documentos corporativos adjuntados por la propia GE Energia Renováveis Ltda y por lo tanto a esta última pertenecería.

Finalmente, se denota el incumplimiento, por la GRID Solutions Transmissão De Energia Ltda., a las determinaciones del pliego indicadas en el Ítem 2.1.2, letra 'd', del Anexo II del PBC, lo que imposibilita su participación, para fines de calificación técnica del Consorcio GE, conforme determinación del pliego dispuesta en el Ítem 2.2.4, del Anexo II del PBC."

Criterio de la Comisión:

Las alegaciones no pueden prosperar,

consorciada GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA. apresentou para fins de qualificação os atestados das páginas 113 a 115, 116 a 119, 120 a 120a, que demonstram o atendimento do requisito 2.1.2, letra "d".

Por fim, quanto à ausência de autenticação diplomática, tendo em vista a sua inaplicabilidade, bem como a do apostilamento, a documentos emitidos por empresas privadas, concordamos com a justificativa apresentada pelo CONSÓRCIO GE em sede de contrarrazões (pág. 13):

"Ora, a legalização consular é um registro notarial concebido para comprovar que o documento realmente foi assinado por funcionário integrante de determinada repartição pública estrangeira. Considerando que o atestado em comento foi emitido por pessoa jurídica de direito privado (Statkraft Peru), sua autenticidade não depende de procedimentos de legalização consular. A rigor, seria impossível a realização de tais procedimentos, não sendo assim, evidentemente, aplicável ao caso o disposto na Seção 3.4.3, a), do Anexo II do CBC."

Diante do exposto, recomenda-se negar provimento ao recurso administrativo.

C.4) Não atendimento do subitem 2.1.2, letra "a", do Anexo II:

"Pois bem, o Consórcio GE apresentou 03 (três) atestados, cada qual referente a um empreendimento, visando ao atendimento das referidas espécies de sistemas. São eles: Foz do Chapecó; Barra Grande e; Itapebi.

Compulsando os documentos, denota-se que nenhum dos 03 (três) atestados informa se o sistema de regulação e excitação estática e, tampouco, se o sistema de regulação de velocidade são digitais."

Posicionamento da Comissão:

A Comissão entende que sistemas

puesto que la consorciada GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA. presentó a los efectos de su calificación, las constancias de las páginas 113 a 115, 116 a 119, 120 a 120a, que demuestran el cumplimiento del requisito 2.1.2, letra "d".

Finalmente, en cuanto a la ausencia de autenticación diplomática, teniendo en cuenta su inaplicabilidad, así como la del apostillamiento, y documentos emitidos por empresas privadas, concordamos con la justificativa presentada por el CONSORCIO GE en su descargo contra el recurso (pág. 13):

"Ahora, la legalización consular es un registro notarial concebido para comprobar que el documento realmente fue firmado por funcionario integrante de determinada repartición pública extranjero. Considerando que la constancia comentada fue emitida por persona jurídica de derecho privado (Statkraft Peru), su autenticidad no depende de procesos de legalización consular. A rigor, sería imposible la realización de tales procesos, no siendo así, evidentemente, aplicable al caso lo dispuesto en la Sección 3.4.3, a), del Anexo II del PBC."

Ante lo expuesto, se recomienda la desestimación del recurso administrativo.

C.4) Incumplimiento del subitem 2.1.2, letra "a", del Anexo II:

"Pues bien, el Consorcio GE presentó 03 (tres) constancias, cada cual referente a un emprendimiento, para dar cumplimiento a las referidas especies de sistemas. Son estos: Foz do Chapecó; Barra Grande e; Itapebi.

Revisando los documentos, se denota que ninguna de las 03 (tres) constancias informa si el sistema de regulación es de excitación estática y, tampoco, si los sistemas de regulación de velocidad son digitales."

Criterio de la Comisión:

La Comisión entiende que sistemas

implantados, conforme indicado nos atestados citados pelo Recorrente, são de tecnologia digital, uma vez que os participantes interessados neste certame passaram a implantar tecnologia digital em meados da década de 90. Corroborando este entendimento, o CONSORCIO GE informou em suas contrarrazões que descontinuou a fabricação de sistemas analógicos em 1985, bem como apresentou catálogos, Anexo L, dos equipamentos digitais fornecidos.

Diante disso, recomenda-se negar provimento ao recurso administrativo.

C.5) Não atendimento do subitem 2.1.2, letra “b”, do Anexo II:

“(…)

Para atendimento a tais espécies de sistemas, em atenção às potências definidas no gênero de requisito, o CONSORCIO GE apresentou 04 (quatro) atestados, cada qual, correspondente a um empreendimento: Foz do Chapecó; Barra Grande; Porto Primavera e; Tucuruí.

Os atestados de Foz do Chapecó e Barra Grande não lograram êxito em demonstrar a elaboração de projeto executivo, mencionando tão somente a elaboração de ‘projeto’. Ressalte-se, pois, a imprescindibilidade de que tais atestados sejam relacionados à elaboração de ‘projetos executivos’.

A um, porque o próprio Edital diferencia ‘projeto’ de ‘projeto executivo’, por exemplo, quando determina na letra ‘a’, do mesmo Item 2.1.2, do Anexo II do CBC, a necessidade de qualificação em escopo de elaboração de projeto, fabricação e fornecimento para unidade geradora hidrelétrica, sem contudo mencionar a natureza do projeto, como o faz na letra ‘b’ ao exigir: projeto executivo para unidade geradora hidrelétrica.

A dois, porque a própria definição de ‘projeto’ positivada no Anexo Único da NGL (Glossário Português) determina sua abrangência: “Esforço temporário empreendido para alcançar um objetivo específico. Contem o

implantados, conforme indicado en las constancias citadas por el Recurrente, son de tecnología digital, considerando que los participantes interesados en este certamen pasaron a implantar tecnología digital a mediados de la década de 90. Corroborando este entendimiento, el CONSORCIO GE informó en su descargo que no continuó con la fabricación de sistemas analógicos en 1985, así como presentó catálogos, Anexo L, de los equipos digitales suministrados.

Ante lo expuesto, se recomienda la desestimación del recurso administrativo.

C.5) Incumplimiento del subitem 2.1.2, letra “b”, del Anexo II:

“(…)

Para dar cumplimiento a tales especies de sistemas, atendiendo a las potencias definidas en el género de requisito, el CONSORCIO GE presentó 04 (cuatro) constancias, cada cual, correspondiente a un emprendimiento: Foz do Chapecó; Barra Grande; Porto Primavera e; Tucuruí.

Las constancias de Foz do Chapecó y Barra Grande no tuvieron éxito en demostrar la elaboración de proyecto ejecutivo, mencionando solamente la elaboración de ‘proyecto’. Se resalta, entonces, lo imprescindible de que tales constancias sean relacionadas a la elaboración de ‘proyectos ejecutivos’.

Uno, porque el propio Pliego diferencia ‘proyecto’ de ‘proyecto ejecutivo’, por ejemplo, cuando determina en la letra ‘a’, del mismo Item 2.1.2, del Anexo II del PBC, la necesidad de calificación en alcance de elaboración de proyecto, fabricación y suministro para unidad generadora hidroeléctrica, sin aún mencionar la naturaleza del proyecto, como lo hace en la letra ‘b’ al exigir: proyecto ejecutivo para unidad generadora hidroeléctrica.

Dos, porque la propia definición de ‘proyecto’ indicada en el Anexo Único de la NGL (Glosario) determina su cobertura: “Esfuerzo temporario emprendido para alcanzar un objetivo específico. Contiene el conjunto de elementos e

conjunto de elementos e informações indispensáveis à integral definição qualitativa e quantitativa das características técnicas, administrativas, econômicas e financeiras.". Logo, a exigência de 'projeto executivo' para fins de qualificação técnica mostra a verdadeira intenção da D. Comissão de Licitação e Negociação Específica em especificar a natureza desse escopo.

(...)

O atestado de Porto Primavera tecnicamente somente atende à espécie de sistema elencado com o número 3 acima, sendo que, conforme caput do requisito do gênero "b", o Consórcio deveria atender ao menos 2 dos sistemas dessa espécie. Portanto, o referido atestado não se presta a qualificar o consórcio nesse quesito.

Para cumprimento desse item, restaria tão somente o atestado referente ao empreendimento de Tucuruí, referenciado pelo contrato nº SUP2.0.5.2007.0, o qual cita a elaboração de projeto executivo para as espécies de sistemas elencados no item 3 e 4. Entretanto, em minuciosa análise a este atestado e a todos os documentos apresentados pelos demais concorrentes do Lote, é possível constatar que o sistema da espécie 4, cujo fornecimento se refere ao sistema de proteção para Unidades Geradoras foi subcontratado da empresa ABB Ltda., conforme se depreende do certificado nº 9, fls. 324, dos documentos de pré-qualificação juntado pelo Consórcio ANDRITZ-ABB, o declara esse fornecimento para o contrato de nº SUP2.0.5.2007.0.

(...)

Ora, pelo exposto resta evidente que a empresa GE Energias Renováveis Ltda. subcontratou a empresa ABB Ltda. para fornecimento do sistema em comento e portanto não consegue comprovar sua expertise técnica nesse quesito para sua habilitação neste certame. Tampouco poderia cogitar a possibilidade de subcontratar dado sistema uma vez que o Edital proíbe expressamente a subcontratação do core tecnológico."

informaciones indispensables para la íntegra definición cualitativa y cuantitativa de las características técnicas, administrativas, económicas y financieras.". Luego, la exigencia de 'proyecto ejecutivo' para fines de calificación técnica muestra la verdadera intención de la D. Comisión de Licitación y Negociación Específica en especificar la naturaleza de este alcance.

(...)

La constancia de Porto Primavera técnicamente solamente cumple con la especie de sistema indicado con el número 3 arriba, siendo que, conforme al caput del requisito del género "b", el Consorcio debería cumplir con por lo menos 2 dos sistemas de esta especie. Por lo tanto, la referida constancia no se presta a calificar al consorcio en este requisito.

Para cumplimiento de este ítem, quedaría solamente la constancia referente al emprendimiento de Tucuruí, referenciado por el contrato nº SUP2.0.5.2007.0, el cual cita la elaboración de proyecto ejecutivo para las especies de sistemas indicados en el ítem 3 y 4. Sin embargo, en minucioso análisis a esta constancia y a todos los documentos presentados por los demás participantes del Lote, es posible constatar que el sistema de la especie 4, cuyo suministro se refiere al sistema de protección para Unidades Generadoras fue subcontratado de la empresa ABB Ltda., conforme se desprende del certificado nº 9, folio 324, de los documentos de precalificación adjuntado por el Consorcio ANDRITZ-ABB, al declarar este suministro para el contrato de nº SUP2.0.5.2007.0.

(...)

Ahora, por lo expuesto resulta evidente que la empresa GE Energias Renováveis Ltda. subcontrató a la empresa ABB Ltda. para suministro del sistema comentado y por lo tanto no consigue comprobar su experiencia técnica en este requisito para su habilitación en este certamen. Tampoco podría entenderse la posibilidad de subcontratar ese sistema dado que el Pliego prohíbe expresamente la subcontratación del núcleo tecnológico."

Posicionamento da Comissão:

A alegação não prospera, pois para o atendimento dos requisitos 2.1.2, letra "b", 1 a 5, do Anexo II do CBC foram apresentados os atestados das páginas 17 a 23 com CAT, 24 a 34 com CAT, 35 a 40 com CAT, 44 a 48 com CAT, e 49 a 55 com ART, que cumprem as exigências do CBC.

A Comissão entende que a execução em regime de "TURN KEY", mencionado no atestado da UHE ITAPEBI (página 37) refere-se à execução completa do empreendimento, incluindo projeto executivo e atendendo aos requisitos 2.1.2, letra "b", 1, 2 e 5.

Diante disso, recomenda-se negar provimento ao recurso administrativo.

C.6) Não atendimento do subitem 2.1.2, letra "c", do Anexo II:

"Pois bem, o Consórcio GE apresentou 10 (dez) atestados, cada qual referente a um empreendimento, visando ao atendimento das referidas espécies de sistemas. São eles: Foz do Chapecó; Barra Grande; Itapebi; Tucuruí; Porto Primavera; Itaipu; Serra da Mesa; Machadinho; Itá e; Salto Caxias.

Compulsando os atestados, um a um, verifica-se que todos detêm insuficiências técnicas, sendo incapazes de atender as espécies de sistemas em questão, conforme demonstrado abaixo:

- *Foz do Chapecó: o atestado não indica o fornecimento de retificadores como parte do escopo do empreendimento;*
- *Barra Grande: o atestado não indica a instalação dos sistemas como parte do escopo do empreendimento. Vale destacar, que a D. Comissão de Licitação e Negociação Específica, em atenção à Pergunta 3, disposta no Aditamento Nº 4, determina que os serviços de supervisão da montagem e/ou de supervisão da instalação não atendem a espécie de sistemas exigidas neste gênero de requisito;*
- *Itapebi: o atestado não indica a instalação dos sistemas como parte do escopo do empreendimento. Vale destacar, que a D. Comissão de Licitação e Negociação Específica,*

Criterio de la Comisión:

La alegación no prospera, porque para dar cumplimiento a los requisitos 2.1.2, letra "b", 1 al 5, del Anexo II del PBC, fueron presentadas las constancias de las páginas 17 a 23 con CAT, 24 a 34 con CAT, 35 a 40 con CAT, 44 a 48 con CAT, y 49 a 55 con ART, que cumplen las exigencias del PBC.

La Comisión entiende que la ejecución en régimen de "TURN KEY", mencionada en la constancia de la UHE ITAPEBI (página 37) se refiere a la ejecución completa del emprendimiento, incluyendo proyecto ejecutivo y cumpliendo con los requisitos 2.1.2, letra "b", 1, 2 y 5.

Ante lo expuesto, se recomienda desestimar el recurso administrativo.

C.6) Incumplimiento del subitem 2.1.2, letra "c", del Anexo II:

"Pues bien, el Consorcio GE presentó 10 (diez) constancias, cada cual referente a un emprendimiento, para dar cumplimiento de las referidas especies de sistemas. Son estos: Foz do Chapecó; Barra Grande; Itapebi; Tucuruí; Porto Primavera; Itaipu; Serra da Mesa; Machadinho; Itá e; Salto Caxias.

Revisando las constancias, una a una, se verifica que todos tienen insuficiencias técnicas, siendo incapaces de cumplir con las especies de sistemas en cuestión, conforme demostrado abajo:

- *Foz do Chapecó: la constancia no indica el suministro de rectificadores como parte del alcance del emprendimiento;*
- *Barra Grande: la constancia no indica la instalación de los sistemas como parte del alcance del emprendimiento. Vale destacar, que la D. Comisión de Licitación y Negociación Específica, atendiendo a la Pregunta 3, dispuesta en el Aditivo Nº 4, determina que los servicios de supervisión del montaje y/o de supervisión de la instalación no cumplen con la especie de sistemas exigidas en este género de requisito;*
- *Itapebi: la constancia no indica la instalación de los sistemas como parte del alcance del emprendimiento. Vale destacar, que la D. Comisión de Licitación y Negociación Específica,*

em atenção à Pergunta 3, disposta no Aditamento Nº 4, determina que os serviços de supervisão da montagem e/ou de supervisão da instalação não atendem a espécie de sistemas exigidas neste gênero de requisito;

- Tucuruí: o atestado não indica que o sistema de proteção de tecnologia é digital e, tampouco detalha a execução de serviços auxiliares como parte do escopo do empreendimento;

- Porto Primavera: o atestado não indica a instalação dos sistemas como parte do escopo do empreendimento. Vale destacar, que a D. Comissão de Licitação e Negociação Específica, em atenção à Pergunta 3, disposta no Aditamento Nº 4, determina que os serviços de supervisão da montagem e/ou de supervisão da instalação não atendem a espécie de sistemas exigidas neste gênero de requisito. Além disso, o atestado não detalha a execução de serviços auxiliares como parte do escopo do empreendimento e; no que tange ao sistema de proteção de tecnologia digital para unidade geradora, o atestado simplesmente não demonstra a execução de qualquer escopo correlacionado;

- Itaipu: o atestado não indica a instalação dos sistemas como parte do escopo do empreendimento. Vale destacar, que a D. Comissão de Licitação e Negociação Específica, em atenção à Pergunta 3, disposta no Aditamento Nº 4, determina que os serviços de supervisão da montagem e/ou de supervisão da instalação não atendem a espécie de sistemas exigidas neste gênero de requisito. Além disso, o atestado não indica que o sistema de proteção de tecnologia é digital e, tampouco detalha a execução de serviços auxiliares como parte do escopo do empreendimento;

- Serra da Mesa: o atestado não indica a instalação dos sistemas como parte do escopo do empreendimento. Vale destacar, que a D. Comissão de Licitação e Negociação Específica, em atenção à Pergunta 3, disposta no Aditamento Nº 4, determina que os serviços de supervisão da montagem e/ou de supervisão da instalação não atendem a espécie de sistemas exigidas neste gênero de requisito;

- Machadinho: o atestado não detalha a execução de serviços auxiliares como parte do escopo do empreendimento;

atendiendo a la Pregunta 3, dispuesta en el Aditivo Nº 4, determina que los servicios de supervisión del montaje y/o de supervisión de la instalación no cumplen con la especie de sistemas exigidas en este género de requisito;

- Tucuruí: la constancia no indica que el sistema de protección de tecnología es digital y, tampoco detalla la ejecución de servicios auxiliares como parte del alcance del emprendimiento;

- Porto Primavera: la constancia no indica la instalación de los sistemas como parte del alcance del emprendimiento. Vale destacar, que la D. Comisión de Licitación y Negociación Específica, atendiendo a la Pregunta 3, dispuesta en el Aditivo Nº 4, determina que los servicios de supervisión del montaje y/o de supervisión de la instalación no cumplen con la especie de sistemas exigidas en este género de requisito. Además, la constancia no detalla la ejecución de servicios auxiliares como parte del alcance del emprendimiento y; en lo que refiere al sistema de protección de tecnología digital para unidad generadora, la constancia simplemente no demuestra la ejecución de cualquier alcance correlacionado;

- Itaipu: la constancia no indica la instalación de los sistemas como parte del alcance del emprendimiento. Vale destacar, que la D. Comisión de Licitación y Negociación Específica, atendiendo a la Pregunta 3, dispuesta en el Aditivo Nº 4, determina que los servicios de supervisión del montaje y/o de supervisión de la instalación no cumplen con la especie de sistemas exigidas en este género de requisito. Además, la constancia no indica que el sistema de protección de tecnología es digital y, tampoco detalla la ejecución de servicios auxiliares como parte del alcance del emprendimiento;

- Serra da Mesa: la constancia no indica la instalación de los sistemas como parte del alcance del emprendimiento. Vale destacar, que la D. Comisión de Licitación y Negociación Específica, atendiendo a la Pregunta 3, dispuesta en el Aditivo Nº 4, determina que los servicios de supervisión del montaje y/o de supervisión de la instalación no cumplen con la especie de sistemas exigidas en este género de requisito;

- Machadinho: la constancia no detalla la ejecución de servicios auxiliares como parte del alcance del emprendimiento;

- Itá: o atestado não indica a instalação dos sistemas como parte do escopo do empreendimento. Vale destacar, que a D. Comissão de Licitação e Negociação Específica, em atenção à Pergunta 3, disposta no Aditamento Nº 4, determina que os serviços de supervisão da montagem e/ou de supervisão da instalação não atendem a espécie de sistemas exigidas neste gênero de requisito;

- Salto Caxias: o atestado não indica a instalação dos sistemas como parte do escopo do empreendimento. Vale destacar, que a D. Comissão de Licitação e Negociação Específica, em atenção à Pergunta 3, disposta no Aditamento Nº 4, determina que os serviços de supervisão da montagem e/ou de supervisão da instalação não atendem a espécie de sistemas exigidas neste gênero de requisito."

Posicionamento da Comissão:

A alegação não prospera, pois para o atendimento aos requisitos 2.1.2, letra "c", do Anexo II do CBC foram apresentados os atestados dos seguintes empreendimentos: FOZ DO CHAPECO páginas 17 a 23 com CAT, UHE BARRA GRANDE páginas 24 a 34 com CAT, ITAPEBI páginas 35 a 40 com CAT, e TUCURUI páginas 49 a 55 com ART, sendo que:

- O requisito 2.1.2, letra "c1" foi atendido pelos atestados dos empreendimentos: UHE FOZ DO CHAPECO, UHE BARRA GRANDE e UHE TUCURUI.

- O requisito 2.1.2, letra "c2" foi atendido pelos atestados dos empreendimentos: UHE FOZ DO CHAPECO, UHE BARRA GRANDE e UHE ITAPEBI.

Os demais atestados contestados pelorecorrente não foram considerados para fins de qualificação nesterequisito.

Diante disso, recomenda-se negar provimento ao recurso administrativo.

- Itá: la constancia no indica la instalación de los sistemas como parte del alcance del emprendimiento. Vale destacar, que la D. Comisión de Licitación y Negociación Específica, atendiendo a la Pregunta 3, disposta en el Aditivo Nº 4, determina que los servicios de supervisión del montaje y/o de supervisión de la instalación no cumplen con la especie de sistemas exigidas en este género de requisito;

- Salto Caxias: la constancia no indica la instalación de los sistemas como parte del alcance del emprendimiento. Vale destacar, que la D. Comisión de Licitación y Negociación Específica, atendiendo a la Pregunta 3, disposta en el Aditivo Nº 4, determina que los servicios de supervisión del montaje y/o de supervisión de la instalación no cumplen con la especie de sistemas exigidas en este género de requisito."

Criterio de la Comisión:

La alegación no prospera, pues para el cumplimiento de los requisitos 2.1.2, letra "c", del Anexo II del PBC fueron presentadas las constancias de los siguientes emprendimientos: FOZ DO CHAPECO páginas 17 a 23 con CAT, UHE BARRA GRANDE páginas 24 a 34 con CAT, ITAPEBI páginas 35 a 40 con CAT, y TUCURUI páginas 49 a 55 con ART, siendo que:

- El requisito 2.1.2, letra "c1" fue atendido por la constancia de los emprendimientos: UHE FOZ DO CHAPECO, UHE BARRA GRANDE e UHE TUCURUI.

- El requisito 2.1.2, letra "c2" fue atendido por la constancia de los emprendimientos: UHE FOZ DO CHAPECO, UHE BARRA GRANDE e UHE ITAPEBI.

Las demás constancias referidas por la recurrente no fueron consideradas para fines de calificación de este requisito.

Ante lo expuesto, se recomienda la desestimación del recurso administrativo.

Alegações contra o CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB:**C.7) Da irregularidade com a fazenda estadual e municipal pelo Consórcio ANDRITZ-ABB:**

"Superado o conceito de prova de regularidade, nota-se, que em flagrante descumprimento aos preceitos do Edital o Consórcio ANDRITZ-ABB apresentou às fls. 189 certidão **POSITIVA** perante a Delegacia Regional Tributária de Osasco, contrariando o item 2.2.2 combinado com o item 1.2, alínea "d" ambos do Anexo II - documentação para a pré-qualificação - lote 1.

A Certidão Positiva de fls. 189 apresentada pela empresa Andritz Hydro Ltda ("Andritz"), revela que consta "transporte de saldo credor incorreto em GIA REF", motivo pelo qual a regularidade da Andritz não pôde ser atestada nesse documento. Vale esclarecer, que a Guia de Informação e Apuração - GIA é o instrumento por meio do qual o contribuinte inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS deve declarar o valor do imposto a recolher ou do saldo credor a transportar para o período seguinte, nos termos do artigo 253, inciso II do Decreto 45.490 de 30 de novembro de 2000 publicado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

A certidão **POSITIVA** apresentada representa, sem contestações, que existe uma irregularidade por parte da empresa Andritz, justamente o que impediu que a Secretaria da Fazenda emitisse uma certidão negativa, ou com efeitos negativos, que atestasse a solicitada regularidade fiscal dessa empresa e, que assim, permitisse à Andritz atender aos itens exigidos pelo Edital."

Posicionamento da Comissão:

Primeiramente, observa-se que o Caderno de Bases e Condições exige a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, no entanto não estabelece a forma específica de entrega do documento comprobatório.

No caso da Certidão nº 1.070/2018, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de

Alegaciones contra el CONSORCIO ANDRITZ-ABB:**C.7) De la irregularidad con la fazenda estadual y municipal por el Consorcio ANDRITZ-ABB:**

"Superado el concepto de prueba de regularidad, se nota, que en flagrante incumplimiento a los preceptos del Pliego el Consorcio ANDRITZ-ABB presentó la folio 189 certificación **POSITIVA** ante la Delegacia Regional Tributária de Osasco, contrariando el item 2.2.2 combinado con el item 1.2, letra "d" ambos del Anexo II - documentación para la precalificación - lote 1.

La certificación **POSITIVA** del folio 189 presentada por la empresa Andritz Hydro Ltda ("Andritz"), revela que consta "transporte de saldo acreedor incorrecto en GIA REF", motivo por el cual la regularidad de la Andritz no pudo ser comprobada en ese documento. Vale aclarar, que la Guia de Informação e Apuração - GIA es el instrumento por medio del cual el contribuyente inscripto en el Catastro de Contribuyentes del ICMS debe declarar el valor del impuesto a recoger o del saldo acreedor a transportar para el periodo siguiente, en los términos del art. 253, inciso II del Decreto 45.490 de 30 de noviembre de 2000 publicado por la Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

La certificación **POSITIVA** presentada representa, sin contestaciones, que existe una irregularidad por parte de la empresa Andritz, justamente lo que impidió que la Secretaria da Fazenda emitiese una certificación negativa, o con efectos negativos, que certificase la solicitada regularidad fiscal de esta empresa y, que así, permitiese a la Andritz cumplir con los ítems exigidos por el Pliego."

Criterio de la Comisión:

Primeramente, se observa que el Pliego de Bases y Condiciones exige la prueba de regularidad para con la "Fazenda Estadual", sin embargo, no establece la forma específica de entrega del documento comprobatório.

En el caso de la Certificación nº 1.070/2018, emitida por la Secretaria da

São Paulo (fl. 189) em favor da consorciada ANDRITZ HYDRO LTDA., está expresso à informação “que inexistem débitos fiscais”, por consequência, corroborando a regularidade da licitante perante a Fazenda Estadual.

Além disso, a inscrição “transporte de saldo credor incorreto” não é capaz de, isoladamente, caracterizar irregularidade fiscal e impedir a qualificação da licitante, pois, trata-se de uma obrigação tributária acessória.

Por fim, ressalta-se que a consorciada ANDRITZ HYDRO LTDA. apresentou em sede de contrarrazões a Certidão nº 1.206/2018, emitida em 23.11.18, com a retirada da informação “transporte de saldo credor incorreto” e a inscrição de “Certidão Negativa” comprovando a regularidade com o Fisco Estadual outrora identificada pela Comissão.

Por todo o exposto, recomenda-se negar provimento ao alegado.

C.8) Ausência de vínculo jurídico entre o Consórcio ANDRITZ-ABB e os técnicos acervados na habilitação técnica.

Recomenda-se refutar as razões recursais pelos motivos expostos no subitem 5.4, letra “C.2”, deste relatório.

C.9) Não atendimento do subitem 2.1.2, letra “a”, do Anexo II:

“O certificado de nº 02 - UHE Jupia, não cumpre com os itens 1 e 2 destacados acima uma vez que não menciona a potência das Unidades Geradoras ou da Usina, requisito essencial para cumprimento desse requisito técnico.

Não obstante, no referido certificado, consta que o contrato ainda está em execução, conforme print da fls. 295 dos documentos de habilitação do Consórcio ANDRITZ-ABB abaixo, estando omissa quanto à efetiva operação comercial dessas Unidades e Usinas. Ou seja, não há demonstração clara que a empresa efetivamente concluiu tal obra de forma

Fazenda del Estado de São Paulo (folio 189) a favor de la consorciada ANDRITZ HYDRO LTDA., está expresa la información “que no existen débitos fiscales”, en consecuencia, se corrobora la regularidad de la oferente ante la “Fazenda Estadual”.

Además, la inscripción “transporte de saldo acreedor incorrecto” no es capaz, por sí solo, de, caracterizar irregularidad fiscal e impedir la calificación de la oferente, pues, se trata de una obligación tributaria accesorio.

Finalmente, se resalta que la consorciada ANDRITZ HYDRO LTDA. presentó en la fase de su descargo la Certificación nº 1.206/2018, emitida el 23.11.18, con la exclusión de la información “transporte de saldo acreedor incorrecto” y la inscripción de “Certificación Negativa” comprobando la regularidad con el Fisco Estadual, tal como anteriormente identificó la Comisión.

Por todo lo expuesto, se recomienda desestimar el recurso.

C.8) Ausencia de vínculo jurídico entre el Consorcio ANDRITZ-ABB y los técnicos mencionados en la habilitación técnica.

Se recomienda refutar las razones recursales por los motivos expuestos en el subitem 5.4, letra “C.2”, de este informe.

C.9) Incumplimiento del subitem 2.1.2, letra “a”, del Anexo II:

“El certificado nº 02 - UHE Jupia, no cumple con los ítems 1 y 2 destacados arriba ya que no menciona la potencia de las Unidades Generadoras o de la Plantas Hidroeléctrica, requisito esencial para cumplimiento de este requisito técnico.

No obstante, en el referido certificado, consta que el contrato aún está en ejecución, conforme print del folio 295 de los documentos de habilitación del Consorcio ANDRITZ-ABB abajo, estando en falta en cuanto a la efectiva operación comercial de estas Unidades y Plantas Hidroeléctricas. O sea, no hay demostración clara que la empresa efectivamente concluyó

condizente com o contratado.

Por sua vez, o certificado de nº 16 - Foz do Areia (UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto), não atende ao requisito exposto no item 3 acima. Ademais, e o contrato ainda está em execução conforme print da pagina 373 dos documentos de habilitação do Consórcio ANDRITZ-ABB abaixo, com somente 1 Unidade Geradora em operação comercial.

Os Certificados de nº 3 - UHE Serra da Mesa, nº 4 - UHE Gov José Richa (Salto Caxias) , nº 5 - CTEEP, nº 7 - CELESC Centro de Controle, nº 8 - UHE Itapevi, nº 9 - UHE Tucuruí, não atendem a nenhum requisito deste item.

Outrossim, vale ressaltar ainda que o certificado de nº1 - UHE Mauá apresentada pela Andritz Hydro Ltda demonstram em seu escopo sistema digital de supervisão e controle distribuído que não foram fabricados por ela e sim por outras empresas subcontratadas pela Andritz Hydro Ltda na ocasião. descumprindo claramente o item 3 acima.

A empresa ABB Ltda, que em tese tem em seu portfólio o sistema ora em discussão, não apresentou nenhum atestado demonstrando que seus sistemas e equipamentos de fabricação cumpriam com os requisitos técnicos mandatórios do Edital."

Posicionamento da Comissão:

A alegação não prospera, pois para o atendimento aos requisitos do subitem 2.1.2, letras "a1" e "a2", do Anexo II do CBC foram apresentados os atestados dos seguintes empreendimentos: UHE MAUÁ páginas 0281 a 0291 com ART, e UHE FOZ DO AREIA páginas 0370 a 0376 com ART.

Ressalta-se que o requisito 2.1.2, letra "a3" foi atendido pelos atestados dos empreendimentos: UHE MAUÁ páginas 0281 a 0291 com ART, e UHE JUPIÁ páginas 0293 a 0301 com CAT. Além disso, o contrato de UHE JUPIÁ foi finalizado em 9.11.14, conforme descrito na página 301.

Os demais atestados contestados pelo recorrente não foram considerados para fins de qualificação neste requisito.

tal obra de forma satisfatoriamente com lo contratado.

A su vez, el certificado nº 16 - Foz do Areia (UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto), no cumple con el requisito expuesto en el ítem 3 arriba. Además, el contrato aún está en ejecución conforme print de la pagina 373 de los documentos de habilitación del Consorcio ANDRITZ-ABB abajo, con solamente 1 Unidad Generadora en operación comercial.

Los Certificados nº 3 - UHE Serra da Mesa, nº 4 - UHE Gov José Richa (Salto Caxias) , nº 5 - CTEEP, nº 7 - CELESC Centro de Controle, nº 8 - UHE Itapevi, nº 9 - UHE Tucuruí, no cumplen con ningún requisito de este ítem.

Igualmente, vale resaltar aún que el certificado nº1 - UHE Mauá presentado por la Andritz Hydro Ltda demuestra en su alcance sistema digital de supervisión y control distribuido que no fueron fabricados por la misma y si por otras empresas subcontratadas por la Andritz Hydro Ltda en la ocasión. incumpliendo claramente el ítem 3 arriba.

La empresa ABB Ltda, que en tesis tiene en su portafolio el sistema ahora en discusión, no presentó ninguna constancia demostrando que sus sistemas y equipos de fabricación cumplirían con los requisitos técnicos solicitados en el Pliego."

Criterio de la Comisión:

La alegación no prospera, porque para el cumplimiento de los requisitos del subitem 2.1.2, letras "a1" y "a2", del Anexo II del PBC fueron presentadas las constancias de los siguientes emprendimientos: UHE MAUÁ páginas 0281 a 0291 con ART, y UHE FOZ DO AREIA páginas 0370 a 0376 con ART.

Se resalta que el requisito 2.1.2, letra "a3" se cumplió con las constancias de los emprendimientos: UHE MAUÁ páginas 0281 a 0291 con ART, y UHE JUPIÁ páginas 0293 a 0301 con CAT. Además, el contrato de UHE JUPIÁ fue finalizado el 9.11.14, conforme descrito en la página 301.

Las demás constancias referidas por la recurrente no fueron consideradas para fines de calificación de este requisito.

Por todo o exposto, recomenda-se negar provimento ao alegado.

C.10) Não atendimento do subitem 2.1.2, letra “b”, do Anexo II:

“Considerando que o item 2.1.2. “a” do ANEXO II da documentação para a pré-qualificação lote 1, solicita o item de “Projeto” referindo-se aos sistemas digital de regulação e excitação estática, sistema digital de regulação de velocidade e sistema digital de supervisão e controle distribuído, com todos os equipamentos e software, entendemos que no item b) elaboração de “Projeto Executivo”, definido como o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra ou do serviço, conforme disciplinamento da Lei nº 8.666, de 1993, e das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sendo exigidas características de projeto adicionais ao solicitado no item a) e que devem ser realizadas por empresa de engenharia especialista em projetos.

Partindo da premissa exposta acima, os atestados de nº 2 - UHE Jupia, nº 3 - UHE Serra da Mesa, nº 4 - UHE Governador José Richa (Salto Caxias), nº 5 - CTEEP, nº 7 - CELESC Centro de Controle, nº 8 - UHE Itapevi, nº 9 - UHE Tucuruí, não atendem a este item uma vez que, tecnicamente, as atividades ali descritas não se enquadrariam como Projeto Executivo.

Por sua vez, os certificados de nº1 - UHE Mauá e nº16- Foz do Areia, que são os únicos atestados apresentados pelo Consórcio ANDRITZ-ABB que incluem o escopo de Projeto Executivo foram emitidos para a empresa Andritz Hydro, empresa essa que não possui essa atividade em seu escopo do contrato social tampouco possui CNAE (...).

Ou seja, apesar de constar por escrito em tais documentos a elaboração do Projeto Executivo a empresa Andritz Hydro certamente não os executou pois está legalmente impossibilitada de fazê-los e certamente teria problemas fiscais para cobrar por esse serviço, caso o fizesse.”

Posicionamento da Comissão:

A alegação não prospera, pois para o atendimento dos requisitos do subitem

Por todo lo expuesto, se recomienda desestimar el recurso.

C.10) Incumplimiento del subitem 2.1.2, letra “b”, del Anexo II:

“Considerando que el ítem 2.1.2. “a” del ANEXO II de la documentación para la precalificación lote 1, solicita el ítem de “Proyecto” refiriéndose a los sistemas digital de regulación y excitación estática, sistema digital de regulación de velocidad y sistema digital de supervisión y control distribuido, con todos los equipos y software, entendemos que en el ítem b) elaboración de “Proyecto Ejecutivo”, definido como el conjunto de los elementos necesarios y suficientes a la ejecución completa de la obra o del servicio, conforme disciplinamiento de la Ley nro. 8.666, de 1993, y de las normas de la Asociación Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, siendo exigidas características de proyecto adicionales al solicitado en el ítem a) y que deben ser realizadas por empresa de ingeniería especialista en proyectos.

Partiendo de la premisa expuesta arriba, las constancias nº 2 - UHE Jupia, nº 3 - UHE Serra da Mesa, nº 4 - UHE Governador José Richa (Salto Caxias), nº 5 - CTEEP, nº 7 - CELESC Centro de Controle, nº 8 - UHE Itapevi, nº 9 - UHE Tucuruí, no cumplen con este ítem una vez que, técnicamente, las actividades descritas no se encuadrarían como Proyecto Ejecutivo.

A su vez, los certificados nº1 - UHE Mauá e nº16- Foz do Areia, que son las únicas constancias presentadas por el Consorcio ANDRITZ-ABB que incluyen el alcance de Proyecto Ejecutivo fueron emitidos para la empresa Andritz Hydro, empresa que no posee dicha actividad en su alcance del contrato social tampoco posee CNAE (...).

O sea, a pesar de constar por escrito en tales documentos la elaboración del Proyecto Ejecutivo la empresa Andritz Hydro ciertamente no los ejecutó pues está legalmente impossibilitada de realizarlos y ciertamente tendría problemas fiscales para cobrar por este servicio, caso lo hiciese.”

Criterio de la Comisión:

Lo alegado no prospera, porque para dar cumplimiento a los requisitos del subitem

2.1.2, letra “b”, do Anexo II do CBC foram apresentados os atestados dos seguintes empreendimentos: UHE MAUÁ páginas 0281 a 0291 com ART, UHE JUPIÁ páginas 0293 a 0301 com CAT, e UHE SERRA DA MESA páginas 0302 a 0304 com CAT, sendo que:

- O atestado da UHE MAUÁ atende os requisitos de 2.1.2, letras b1, b2, b3, b4 e b5;
- O atestado da UHE SERRA DA MESA atende o requisito 2.1.2, letra b4.
- O atestado da UHE JUPIÁ atende o requisito 2.1.2, letra b5.

Os demais atestados contestados pelo recorrente não foram considerados para fins de qualificação neste requisito. Por todo o exposto, recomenda-se negar provimento ao alegado.

C.11) Não atendimento do subitem 2.1.2, letra “c”, do Anexo II:

“O certificado de nº1 - UHE Mauá, não cumpre com o item 2 acima pois não forneceu as subestações unitárias dos Serviços Auxiliares e portanto não deve ser considerada para fins de pré qualificação;

Com relação ao certificado de nº2 - UHE Jupia, além do fato de constar que o projeto ainda está em execução, como mencionado no item II.II.III.1 acima, não cumpre com os itens 1 e 2 acima destacados já que não menciona a potência das Unidades Geradoras.”

Posicionamento da Comissão:

A alegação não prospera, pois para o atendimento dos requisitos do subitem 2.1.2, letra “c”, do Anexo II do CBC foram apresentados os atestados dos seguintes empreendimentos: UHE MAUÁ páginas 0281 a 0291, UHE JUPIÁ páginas 0293 a 0301, UHE SERRA DA MESA páginas 0302 a 0304, UHE ITAPEBI páginas 0320 a 0321 e UHE TUCURUÍ páginas 0322 a 0325, sendo que:

- Os atestados da UHE MAUÁ, UHE SERRA DA MESA, UHE ITAPEBI e UHE TUCURUÍ atendem os requisitos de 2.1.2, letra c1;

2.1.2, letra “b”, del Anexo II del PBC fueron presentadas las constancias de los siguientes emprendimientos: UHE MAUÁ páginas 0281 a 0291 con ART, UHE JUPIÁ páginas 0293 a 0301 con CAT, y UHE SERRA DA MESA páginas 0302 a 0304 con CAT, siendo que:

- La constancia de la UHE MAUÁ cumple con los requisitos de 2.1.2, letras b1, b2, b3, b4 y b5;
- La constancia de la UHE SERRA DA MESA cumple el requisito de 2.1.2, letra b4.
- La constancia de la UHE JUPIÁ cumple el requisito 2.1.2, letra b5.

Las demás constancias contestados por la recurrente no fueron consideradas para fines de calificación de este requisito. Por todo lo expuesto, se recomienda negar el recurso.

C.11) Incumplimiento del subitem 2.1.2, letra “c”, del Anexo II:

“El certificado nº1 - UHE Mauá, no cumple con el ítem 2 de arriba, pues no suministró las subestaciones unitarias de los Servicios Auxiliares y por lo tanto no debe ser considerada para fines de precalificación;

En relación al certificado nº2 - UHE Jupia, además del hecho de constar que el proyecto aún está en ejecución, como mencionado en el ítem II.II.III.1 arriba, no cumple con los ítems 1 y 2 arriba destacados ya que no menciona la potencia de las Unidades Generadoras.”

Criterio de la Comisión:

La alegación no prospera, porque para dar cumplimiento a los requisitos del subitem 2.1.2, letra “c”, del Anexo II del PBC fueron presentadas las constancias de los siguientes emprendimientos: UHE MAUÁ páginas 0281 a 0291, UHE JUPIÁ páginas 0293 a 0301, UHE SERRA DA MESA páginas 0302 a 0304, UHE ITAPEBI páginas 0320 a 0321 y UHE TUCURUÍ páginas 0322 a 0325, siendo que:

- La constancia de la UHE MAUÁ, UHE SERRA DA MESA, UHE ITAPEBI y UHE TUCURUÍ cumplen con los requisitos de

- Os atestados da UHE MAÚA e UHE JUPIÁ atendem o requisito 2.1.2, letra c2;

Os demais atestados contestados pelo recorrente não foram considerados para fins de qualificação neste requisito. Por todo o exposto, recomenda-se negar provimento ao alegado.

LOTE 2:

D) Recurso administrativo da empresa INGELECTRO S.R.L.:

“(…)

Consideramos que el certificado emitido por la Empresa XPLAST y las demás documentaciones que avalan la provisión de materiales, equipos y la ejecución de la respectiva obra atienden suficientemente lo requerido en la habilitación técnica en los puntos b y c del sub-ítem 1.4 del anexo III del PBC.

Consideramos que el certificado emitido por la Empresa Tabacalera del Este S.A.-TABESA y las demás documentaciones que avalan la provisión de materiales, equipos y la ejecución de la respectiva obra demuestran que nuestra empresa ejecuta como rubro principal obras equivalentes o de naturaleza similares a lo exigido por del sub-ítem 1.4 del Anexo III del PBC.

“(…)”

Posicionamento da Comissão:

A alegação não prospera, pois o atestado emitido pela empresa XPLAST INDUSTRIA PARAGUAYA DE ARTEFACTOS PLASTICOS Y METALICOS S.A. (pág. 64), apresenta somente comprovação do empreendimento “Instalações Industriais”, correspondente à letra “c”, subitem 1.4, anexo III do CBC e ratificado na resposta 6 do aditamento 4.

Quanto ao atestado emitido pela empresa TABACALERA DEL ESTE S.A. (pág. 73), não

2.1.2, letra c1;

- La constancia de la UHE MAÚA y UHE JUPIÁ cumplen con los requisitos de 2.1.2, letra c2;

Las demás constancias referidas por la recurrente no fueron consideradas para fines de calificación de este requisito. Por todo lo expuesto, se recomienda desestimar el recurso.

LOTE 2:

D) Recurso administrativo de la empresa INGELECTRO S.R.L.:

“(…)”

Consideramos que el certificado emitido por la Empresa XPLAST y las demás documentaciones que avalan la provisión de materiales, equipos y la ejecución de la respectiva obra atienden suficientemente lo requerido en la habilitación técnica en los puntos b y c del sub-ítem 1.4 del anexo III del PBC.

Consideramos que el certificado emitido por la Empresa Tabacalera del Este S.A.-TABESA y las demás documentaciones que avalan la provisión de materiales, equipos y la ejecución de la respectiva obra demuestran que nuestra empresa ejecuta como rubro principal obras equivalentes o de naturaleza similares a lo exigido por del sub-ítem 1.4 del Anexo III del PBC.

“(…)”

Criterio de la Comisión:

La alegación no puede prosperar, pues la constancia emitida por la empresa XPLAST INDUSTRIA PARAGUAYA DE ARTEFACTOS PLASTICOS Y METALICOS S.A. (pág. 64), presenta solamente comprobante del emprendimiento “Instalaciones Industriales”, correspondiente a letra “c”, subitem 1.4, anexo III del PBC y ratificado en la respuesta 6 del aditivo 4.

En cuanto a la constancia emitida por la empresa TABACALERA DEL ESTE S.A. (pág.

atende o requisito solicitado de potência maior ou igual a 5 MW.

Deste modo, a empresa foi declarada desqualificada pela Comissão, pois o subitem 1.4 do anexo III do CBC exige pelo menos dois empreendimentos dos três elencados, ou seja, a licitante deveria atender também o empreendimento "Usinas Hidrelétricas" ou "Subestações Elétricas".

Diante disso, recomenda-se negar provimento ao alegado.

E) Recurso administrativo do CONSORCIO PROEL-INGELMEC:

"(...) la empresa Ingelmec S.R.L. posee vasta trayectoria y conocimiento del ramo eléctrico, específicamente en construcción, provisión y montaje de Estaciones y Sub estaciones que incluyen la provisión e instalación de equipo y materiales de servicios auxiliares eléctricos, como puede observarse en la lista de obras del certificado emitido por la ANDE. (...)"

Posicionamento da Comissão:

O CONSORCIO PROEL-INGELMEC foi desqualificado pela Comissão tendo em vista que a consorciada INGELMEC S.R.L não esclareceu, na etapa de julgamento da documentação para a pré-qualificação, o fornecimento de equipamentos, potência e tensão dos transformadores e informação sobre o fornecimento dos painéis, conforme exige o subitem 2.1.2, do Anexo III do CBC.

No entanto, em seu recurso administrativo o CONSORCIO PROEL-INGELMEC apresenta documentação que esclarece os atestados emitidos pela ANDE (páginas 96 a 100 da documentação inicialmente apresentada), permitindo verificar que a consorciada INGELMEC S.R.L atende o requisito 2.1.2, letra "b", do Anexo III do CBC.

Deste modo, com a complementação apresentada o CONSORCIO PROEL-INGELMEC passa a atender a exigência de

73), no atiendo el requisito solicitado de potencia mayor o igual a 5 MW.

De este modo, la empresa fue declarada desclasificada por la Comisión, pues el subitem 1.4 del anexo III del PBC exige por lo menos dos emprendimientos de los tres enumerados, o sea, la oferente debería cumplir también el emprendimiento "Usinas Hidroeléctricas" o "Subestaciones Eléctricas".

Ante lo expuesto, se recomienda desestimar el recurso.

E) Recurso administrativo del CONSORCIO PROEL-INGELMEC:

"(...) la empresa Ingelmec S.R.L. posee vasta trayectoria y conocimiento del ramo eléctrico, específicamente en construcción, provisión y montaje de Estaciones y Sub estaciones que incluyen la provisión e instalación de equipo y materiales de servicios auxiliares eléctricos, como puede observarse en la lista de obras del certificado emitido por la ANDE. (...)"

Criterio de la Comisión:

El CONSORCIO PROEL-INGELMEC fue desclasificado por la Comisión teniendo en cuenta que la consorciada INGELMEC S.R.L no aclaró, en la etapa de juzgamiento de la documentación para precalificación, el suministro de equipos, potencia y tensión de los transformadores e información sobre el suministro de los paneles, conforme exige el subitem 2.1.2, del Anexo III del PBC.

Sin embargo, en su recurso administrativo el CONSORCIO PROEL-INGELMEC presenta documentación que aclara suficientemente las constancias emitidas por la ANDE (páginas 96 a 100 de la documentación inicialmente presentada), permitiendo corroborar que la consorciada INGELMEC S.R.L cumple con el requisito 2.1.2, letra "b", del Anexo III del PBC.

De este modo, con la complementación presentada el CONSORCIO PROEL-INGELMEC pasa a cumplir la exigencia de habilitación

habilitação técnica estabelecida no Anexo III do CBC, motivo pelo qual se recomenda dar provimento ao recurso administrativo, reformando-se a decisão adotada pela Comissão, consubstanciada na Ata de Julgamento de 7.10.18.

LOTE 3:**F) Recurso administrativo da empresa**
TECNO ELECTRIC S.A.:

"(...) basado en la interpretación del ÍTEM 1.4 Habilidadación Técnica y en el entendimiento de precalificar, deseamos presentar para vuestro análisis y consideración los siguientes documentos: a) Certificado de la empresa REIVAX. El certificado adjunto, tiene relación al ÍTEM 1.4.b; que demuestra el montaje de nuestra Empresa de reguladores de velocidad en la CH ACARAY propiedad de ANDE... b) Certificado de la Administración Nacional de Electricidad. El certificado adjunto, está relacionado al ÍTEM 1.4.c, y demuestra el montaje de nuestra Empresa de una SE aislada en SF6 (GIS) en 220 kV, de la marca VATECH-Schneider Electric High Voltaje instalada en la SE Parque Caballero, de la ciudad de Asunción. Empresa que representamos comercial y técnicamente en esta oportunidad (...)"

Posicionamento da Comissão:

A recorrente apresenta, em sede de recurso administrativo, nova documentação, totalmente diferente da apresentada na Sessão Pública de Documentação para habilitação, com objetivo de sanear os motivos de sua desqualificação.

No entanto, é vedada a inclusão de documento adicional, ainda mais neste caso que se trata de toda uma documentação que deveria ser entregue inicialmente.

Diferentemente dos casos de documentos adicionais solicitado pela ITAIPU, como complemento necessário a elucidação de obscuridades, dúvidas ou, até mesmo, veracidade dos documentos já apresentados. Exemplo típico é o caso da

técnica establecida en el Anexo III del PBC, motivo por el cual se recomienda hacer lugar al recurso administrativo, revocándose la decisión inicial adoptada por la Comisión, consubstanciada en el Ata de Juzgamiento de 7.10.18.

LOTE 3:**F) Recurso administrativo de la empresa**
TECNO ELECTRIC S.A.:

"(...) basado en la interpretación del ÍTEM 1.4 Habilidadación Técnica y en el entendimiento de precalificar, deseamos presentar para vuestro análisis y consideración los siguientes documentos: a) Certificado de la empresa REIVAX. El certificado adjunto, tiene relación al ÍTEM 1.4.b; que demuestra el montaje de nuestra Empresa de reguladores de velocidad en la CH ACARAY propiedad de ANDE... b) Certificado de la Administración Nacional de Electricidad. El certificado adjunto, está relacionado al ÍTEM 1.4.c, y demuestra el montaje de nuestra Empresa de una SE aislada en SF6 (GIS) en 220 kV, de la marca VATECH-Schneider Electric High Voltaje instalada en la SE Parque Caballero, de la ciudad de Asunción. Empresa que representamos comercial y técnicamente en esta oportunidad (...)"

Criterio de la Comisión:

La recurrente presenta, en la instancia de recursos administrativos, nueva documentación, totalmente diferente a lo que contenía su Sobre en el Acto de la Sesión Pública de Documentos para Habilidadación, con objetivo de subsanar los motivos de su desclasificación.

Es bien sabido, que no es permitida la inclusión de ningún documento adicional, y más en este caso, que se trata de toda una documentación completa, la que debió ser entregada inicialmente.

No es el caso de documentos adicionales solicitados por la ITAIPU, como complemento necesario para elucidación de obscuridades, dudas o, hasta, veracidad de los documentos ya presentados. Ejemplo típico es el caso de la inclusión de notas

inclusão de notas fiscais ou contratos que visam esclarecer a quantidade fornecida de determinado material, quando o atestado de capacidade técnica é omissivo, ou dúbio, em relação à quantidade fornecida.

Por todo o exposto, recomenda-se negar provimento ao alegado.

fiscales o contratos que permiten aclarar la cantidad suministrada de determinado material, o cuando la constancia de la capacidad técnica es insuficiente, o dudosa, con relación a la cantidad suministrada.

Por todo lo expuesto, se recomienda desestimar el recurso.

5.5 Por fim, a Comissão esclarece que:

- Sistemas implantados após meados da década de 90 são considerados de tecnologia digital, uma vez que os participantes interessados neste certame passaram a implantar tecnologia digital em suas plataformas;
- São considerados projeto executivo: i) projetos detalhados; ii) projetos de integração; iii) projetos em regime de "turn key"; iv) diagramas lógicos; v) diagramas funcionais e automatismos; vi) diagramas de interligação; vii) projetos elétricos, mecânicos, supervisão e controle; viii) desenvolvimento de softwares; entre outros.

5.5 Por último, la comisión aclara que:

- Los sistemas implantados después de mediados de la década de los 90 se consideran de tecnología digital, ya que los participantes interesados en este certamen pasaron a implantar tecnología digital en sus plataformas
- Se consideran proyectos ejecutivos: i) proyectos detallados; ii) proyectos de integración; iii) proyectos en régimen de "llave en mano"; iv) diagramas lógicos; v) diagramas funcionales y automatismos; vi) diagramas de interconexión; vii) proyectos eléctricos, mecánicos, supervisión y control; viii) desarrollo de software; entre otros

6. CONCLUSÃO

A Comissão de Licitação e Negociação Específica, constituída pela RDE 227/18 de 9.10.18, recomenda:

a) **CONHECER** os recursos administrativos interpostos pelas licitantes: CONSÓRCIO ANDRITZ-ABB, CONSÓRCIO GE, CONSÓRCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI, CONSÓRCIO PROEL-INGELMEC, INGELECTRO S.R.L. e TECNO ELECTRIC S.A.;

b) **DAR PROVIMENTO** ao recurso administrativo interposto pelo CONSÓRCIO PROEL-INGELMEC e, por consequência, **REFORMAR** a decisão

6. CONCLUSIÓN

La Comisión de Licitación y Negociación Específica, constituida por la RDE 227/18 de 9.10.18, recomienda:

a) **CONOCER** los recursos administrativos interpuestos por los oferentes: CONSORCIO ANDRITZ-ABB, CONSORCIO GE, CONSORCIO PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE ITAIPU-CATI, CONSORCIO PROEL-INGELMEC, INGELECTRO S.R.L. y TECNO ELECTRIC S.A.

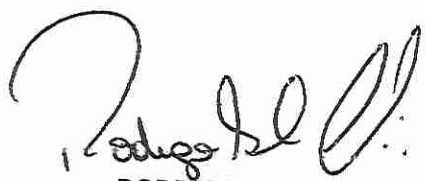
b) Hacer lugar al Recurso Administrativo interpuesto por el CONSORCIO PROEL-INGELMEC y, en consecuencia, revocar la decisión anterior, contenida en el

adotada pela Comissão, consubstanciada na Ata de Julgamento de 7.10.18, e **DECLARAR** qualificado o mencionado consórcio; e

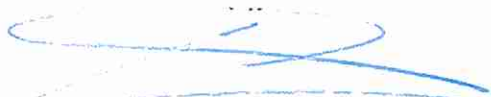
- c) **NEGAR PROVIMENTO** aos demais recursos administrativos, mantendo-se inalteradas as decisões deste Colegiado, face os motivos e fundamentos consubstanciados neste Relatório.

Por fim, em cumprimento ao disposto no artigo 31, parágrafo 1º, e no subitem 6.3.1 da IP-14, a Comissão recomenda o encaminhamento do presente relatório à autoridade competente para julgar os recursos administrativos e **HOMOLOGAR O RESULTADO** da Fase I da Concorrência Binacional AF 2021-18.

Usina Hidrelétrica de Itaipu, 3 de dezembro de 2018.



RODRIGO SILVA CUNHA
Representante FE - Coordenador



GLAUBER PEDRO GONCALVES DA SILVA
Representante JD



ANGELO MIBIELLI
Representante TE

Acta de Juzgamiento del 07-10-18, declarando **CALIFICADO** al mencionado Consorcio;

- c) **RECHAZAR** todos los demás recursos administrativos, manteniendo inalteradas las decisiones de este Colegiado, en virtud a los motivos y fundamentos contenidos en este Informe.

Por último, en cumplimiento a lo dispuesto en el artículo 31, parágrafo 1º, y en el subitem 6.3.1 de la IP-14, la Comisión recomienda encaminar el presente informe a la autoridad competente para juzgar los recursos administrativos y **HOMOLOGAR EL RESULTADO** de la Fase I de la Licitación Pública Binacional AF 2021-18.

Central Hidroeléctrica de Itaipú, 3 de diciembre de 2018.



LUIS EDUARDO MORINIGO VEILUVA
Representante FD - Coordinador



ROBERT EDUARDO SANTACRUZ GALEANO
Representante JE



JULIO CESAR MONTANIA ESCOBAR
Representante TD